



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

JAILTON LUIZ VELLOSO DOS SANTOS

**IGREJA CATÓLICA E DITADURA MILITAR EM
FLORIANÓPOLIS (1964- 1985)**

FLORIANÓPOLIS

2019

JAILTON LUIZ VELLOSO DOS SANTOS

**IGREJA CATÓLICA E DITADURA MILITAR EM
FLORIANÓPOLIS (1964- 1985)**

Trabalho de conclusão de curso para obtenção de título de bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina sob orientação do professor doutor João Klug.

FLORIANÓPOLIS

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Jailton Luiz Velloso dos
Igreja católica e ditadura militar em Florianópolis (1964
1985) / Jailton Luiz Velloso dos Santos ; orientador, João
Klug, 2020.
63 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. História. 2. Igreja Católica. 3. Ditadura Militar. 4.
História de Santa Catarina. 5. Florianópolis. I. Klug, João.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às catorze horas, na sala trezentos e quinze do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. João Klug (Orientador e Presidente); Prof^a. Fabiana Carla Guarez (Titular); Prof. Darlan Damasceno (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 84/HST/CFH/2019, a fim de arguirm sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico **Jailton Luiz Velloso dos Santos**, intitulado: "Igreja Católica e Ditadura Militar em Florianópolis (1964-1985)". Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. João Klug nota 8,5, Prof^a. Fabiana Carla Guarez, nota 8,5, Prof. Darlan Damasceno, nota _____, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 8,5. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 20 de fevereiro de 2020. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.
Florianópolis, 06 de dezembro de 2019

Prof. João Klug (Orientador):.....
Prof^a. Fabiana Carla Guarez (Titular):.....
Prof. Darlan Damasceno (Suplente):.....
Jailton Luiz Velloso dos Santos (Candidato):.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico: JAILTON LUIZ VELLOSO DOS SANTOS, matrícula nº 12101850, entregou a versão final de seu TCC cujo título é IGREJA CATÓLICA E DITADURA MILITAR EM FLORIANÓPOLIS (1964-1985) com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, de fevereiro de 2020.


João Klug
Orientador

Dedico este trabalho a todos aqueles que se debruçaram nos estudos e pesquisas dos fatos ocorridos durante o período militar no Brasil. Trabalhos estes que devem continuar para que a sociedade em um todo tenha conhecimento de toda a verdade referente a este momento obscuro de nossa História.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, através deste trabalho, a Deus, e aos meus professores desde as séries iniciais, que foram verdadeiros mestres na arte de ensinar. Obrigado a todos por ter chegado até aqui.

A História é êmula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência do futuro.

(Miguel de Cervantes)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso versa sobre a Igreja Católica e a Ditadura Militar no Brasil (breves considerações) e especificamente em Florianópolis no período de 1964 – 1985. A razão da escolha do tema vem da experiência vivida na infância e juventude na minha cidade de Pojuca, interior da Bahia na década dos anos 60 e 70, em pleno momento de ação da Ditadura militar e pujança da Igreja Católica local com as suas manifestações religiosas e tradicionais, e que hoje me faz refletir quanto aos fatos daquela época. Com o conhecimento e aprofundamento relativos à interpretação dos fatos do período militar no Brasil adquiridos aqui na Universidade, a elaboração deste trabalho se torna consistente no que tange o contexto Igreja e Ditadura Militar. Para tanto, me utilizei da pesquisa bibliográfica disponível na biblioteca da UFSC e de uma consulta na biblioteca da UDESC. Consultas em Sites foram feitas em torno dos diversos fatos registrados para dar fundamentação teórica ao trabalho. Destaco a pesquisa em fontes primárias no Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis, de fundamental importância na busca dos manuscritos relativos ao período militar, principalmente quanto a posição dos dirigentes da Igreja em relação ao momento político vivido à época. A conclusão de tudo isto, é que a dualidade entre Igreja Católica e Ditadura militar no início do conflito, foi de aceitação por parte da Igreja mas que no decorrer dos episódios a mesma começou a repudiar os atos repressivos praticados pelo regime a todos os que se opuseram ao sistema repressivo, inclusive aos próprios membros da Igreja.

Palavras – chave: Igreja Católica. Ditadura Militar. Repressão. Florianópolis.

ABSTRACT

The present study investigates the Catholic Church and the Military Dictatorship in Brazil (brief considerations), specifically in Florianópolis from 1964 to 1985. The reason I chose this theme comes from my childhood and youth experiences living in my hometown Pojuca, in the countryside of Bahia in the 60s and 70s during plain Military Dictatorship action and local Catholic Church prominence with its religious and traditional manifestations which today make me ponder the facts from that time. The development of this research becomes consistent regarding the Church and the Military Dictatorship context due to knowledge and full grasp of the facts concerning the Military period in Brazil acquired here at the University. In order to carry out this study and present the theoretical framework relative to the diverse registered facts, I conducted bibliographic research at the Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) and the Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) libraries in addition to online research. Moreover, I emphasize the research on primary sources at the Curia Metropolitana de Florianópolis Archive which was of prime importance to the search for military period manuscripts mainly concerning the heads of the church position facing the political moment at that time. In the final analysis it has been noted that at the beginning of the conflict there was a duality between the Catholic Church and the Military Dictatorship in the sense that the Catholic Church showed acceptance of the dictatorship. Notwithstanding over time it started to repudiate the repressive acts practiced by such regime to the people who opposed this repressive system, including church members themselves.

Keywords: Catholic Church. Military Dictatorship. Repression. Florianópolis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – BREVES CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA DITADURA MILITAR E A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL (1964 – 1985)	15
1.1 O golpe de 64 e a Igreja.....	15
1.2 Governos da Ditadura	18
1.3 As três fases da Ditadura	25
1.4 Igreja Católica, política e a Ditadura no Brasil.....	27
1.5 Comissão Nacional da Verdade.....	30
1.6 O regime opressor.....	35
CAPÍTULO 2 - UM BREVE HISTÓRICO DA DITADURA MILITAR E A IGREJA CATÓLICA EM FLORIANÓPOLIS (1964 – 1985)	37
2.1 Igreja Católica em Santa Catarina.....	37
2.2 Operação Barriga Verde	39
2.3 Igreja Católica, política e a ditadura em Florianópolis	42
2.4 A Comissão Estadual da Verdade em Santa Catarina.....	49
2.5 Novembrada.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
LISTA DE FONTES	63

INTRODUÇÃO

Certos momentos em minha infância me inspiraram a realizar este trabalho. Vivi na infância o governo militar na cidade em que nasci e presenciei a Igreja Católica com as suas manifestações tradicionais. Diante deste cenário, sofri um grande constrangimento em não poder realizar a primeira comunhão, pois não dispunha de condições financeiras para comprar os trajes adequados para a cerimônia religiosa.

As lembranças da minha infância no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 foram marcantes. Na cidade em que nasci, Pojuca¹, interior da Bahia, era rotina o Exército fazer exercícios militares na zona rural e, além disso, o município era produtor de petróleo. Em minha ingenuidade, admirava o comboio do Exército quando passava pelo município e ficava maravilhado, dizendo que quando crescesse entraria no Exército. Isto não se concretizou: meu pai faleceu e me tornei arrimo de família. É importante citar que a maior parte da população local era analfabeta e não se informavam sobre as questões políticas que ocorriam no país. Meu pai criava porcos no fundo do quintal de casa, e certo dia os porcos fugiram e chegaram a uma roça das redondezas. O dono da roça então prestou denúncia na delegacia contra o meu pai. Dois policiais vieram num jipe semelhante ao do Exército em busca do meu pai. Ingenuamente, disse que ele não se encontrava e que talvez estivesse no armazém do bairro. Os policiais me mandaram entrar no jipe e fomos ao encontro do meu pai. Aquele momento fez sentir-me como um soldado.

Na escola, antes de entrar na sala de aula, todos os alunos se reuniam no pátio para cantar o Hino Nacional, seguido pela canção “Eu te amo, meu Brasil” de Dom e Ravel². Neste cenário, todos os anos ocorria a famosa procissão do padroeiro da cidade, Bom Jesus da Passagem, uma demonstração de fé organizada pela Igreja Católica e que envolvia grande parte da população local.

Outros fatos marcantes da minha infância e juventude merecem destaque e reflexão. Em 1970, vivia-se o clima de euforia da Copa do Mundo de futebol no México, conquistada pelo Brasil, inspirando-me nas peladas jogadas nas ruas de terra batida. Esta euforia pela conquista do título era acompanhada do embalo do

¹ Para maiores informações sobre a cidade de Pojuca, ver: BATISTA, João. *Pojuca: O Arraial da Passagem*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2018.

² *Dom e Ravel*. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/dom>>. Acesso em: 15 de jul. de 2019.

Hino da Copa³ “Pra Frente, Brasil”, tocada na rádio. A partir dos 11 anos de idade, já trabalhava vendendo picolé para ajudar financeiramente em casa. Em 26 de maio de 1975, com 15 anos de idade, ingressei na Cia. de Ferro Ligas da Bahia (Ferbasa), empresa local que admitia menores de idade na função de *office-boy*, trabalho que consistia na separação de resíduos de liga de ferro cromo da escória. Um ano depois, meu pai falece deixando sete filhos, e eu, na condição de mais velho, assumo a responsabilidade de ajudar a minha mãe a cuidar de todos. Dentro da empresa fiz carreira, chegando ao posto de operador de painel de controle de forno. No ano de 1987, por apoiar o sindicato no movimento grevista⁴, fui demitido, depois de 12 anos de trabalho; demissão que me deixou marcas, e não encontrando emprego na mesma função, trabalhei como vigilante. Vivendo esta nova realidade, concluo o ensino médio através de exames supletivos, em 1994.

A greve dos metalúrgicos de 1987 teve a adesão de 23 indústrias, conforme reportagem do jornal “A Tarde”, de Salvador, no dia 6 de abril de 1987. Ainda de acordo com o jornal, os operários da Ferbasa ficaram confinados dentro da fábrica por não aceitar as propostas dos patrões (30%), enquanto eles reivindicavam 100%. Os bancos também aderiram à greve, prejudicando a população em geral. Deve-se frisar que em 1987, passava-se dois anos do fim do período militar, em 1985. O país passava por um momento de altos índices inflacionários, e o presidente da república era então o civil José Sarney.

Uma nova trajetória de vida se inicia com minha vinda para Florianópolis, em junho de 1997. Por indicação de um irmão e um primo que já se encontravam em Florianópolis, ingressei na função de vigilante na empresa Andrade Gutierrez, que estava executando o serviço de saneamento básico na cidade. Ingresso, então, na Escola Técnica Federal de Santa Catarina através de vestibular, no curso de Técnico em Edificação, no ano de 2002. Em 2007, presto concurso na prefeitura de Biguaçu para Técnico de Edificação com aprovação, e ingresso na mesma no ano de 2010. No mesmo ano, presto concurso para a prefeitura de Florianópolis para Técnico de Edificação com aprovação, onde ingresso no ano de 2014, o qual

³Ver: GUSTAVO, Miguel. *Hino da Copa de 70, "Pra Frente, Brasil" é imbatível como tema do Mundial*. Disponível em: <<https://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/03/hino-da-copa-de-70-pra-frente-brasil-segue-imbativel-em-tema-do-mundial.htm>>. Acesso em: 30 de out. de 2019.

⁴Publicação do jornal “A Tarde” de Salvador (BA), terça-feira, 7 de abril de 1987, referente a greve dos Metalúrgicos. Operários da Ferbasa confinados dentro da fábrica. Ver: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

permaneço até o momento atual. Por fim, ingresso na Universidade Federal de Santa Catarina no primeiro semestre de 2012, através de vestibular.

A trajetória narrada de períodos de minha vida implica na escolha do tema deste trabalho de conclusão de curso. O curso de História na Universidade Federal de Santa Catarina me proporcionou conhecimento mais amplo do que foi o período militar no Brasil, e, especificamente, em Florianópolis. O tema aborda o período ditatorial militar e a Igreja Católica, pelo fato de a própria Igreja ter apoiado inicialmente o golpe militar e posteriormente repudiar os atos de repressão praticados contra a todos aqueles que eram contrários ao sistema, inclusive aos membros da Igreja. Em Florianópolis não foi diferente quanto ao restante do país.

A Igreja é uma instituição transformadora, onde suas ações afetam o comportamento do indivíduo dentro da sociedade e produz mudanças sociais. Sendo assim, no mundo Ocidental, ao longo dos séculos a Igreja se associou ao Estado, transformando-se numa força conservadora em conformidade com os interesses das elites dominantes. O aprofundamento nos fatos históricos é infinito, sempre há algo a ser esclarecido. Rampinelli aponta:

A função do historiador, como a de qualquer líder é fazer o relato olhando de baixo para cima, isto é, “escovando a história contra o sentido do pelo” para que as cicatrizes apareçam com mais nitidez. Isso significa não fazer parte do próprio cortejo triunfal e não apoiar a versão oficial.⁵

Enfatizo que ao escrever estes relatos da minha trajetória de vida, da minha infância e juventude onde a Igreja Católica e o momento político à época, em que ambas as partes inicialmente estavam em concordância e posteriormente em divergência, me faz questionar esta relação no momento atual. Situar Florianópolis neste cenário de conflito é destacar o massacre de Anhatomirim⁶, onde foram fuziladas 298 pessoas ligadas à Revolução Federalista, sob o comando do Coronel Antônio Moreira César, atendendo ordens do presidente Floriano Peixoto em 1894. Um dos episódios mais sangrentos da Revolução Federalista, que marcou os primeiros anos da república, e a Novembrada em 1979, manifestação popular contra o regime militar. Diante de todo esse contexto, continuo me questionando a respeito

⁵RAMPINELLI, Valdir J. *Evangelho e Manifesto na Religião e na Política*. Florianópolis: Insular, 2016. P. 16.

⁶WIKIPÉDIA. *Categoria: Fuzilados em Anhatomirim (1894)*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Fuzilados_em_Anhatomirim_>. Acesso em: 2 de nov. de 2019.

do embate entre a igreja católica e a política no que tange à ação de apoio ou repulsa durante o período militar em Florianópolis e no restante do país.

Para a elaboração deste trabalho foi adotada a metodologia da pesquisa bibliográfica em livros da biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina (BU) e da Biblioteca da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), além de pesquisa na internet. Quanto às fontes utilizadas merece destaque o Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina, da Cúria Metropolitana. Foram selecionadas quatro pastas com documentos diversos com referência ao período de governo militar que serviram para dar autenticidade aos fatos vividos em Santa Catarina e especialmente, Florianópolis. Menciono aqui o rigor na pesquisa realizada na Cúria Metropolitana dos dias 13 a 16 de agosto de 2019, pois a direção proíbe fotos e filmagem de documentos, e as atendentes permanecem em vigilância constante.

Em relação à estrutura do trabalho, o mesmo ficou dividido em dois capítulos e onze subcapítulos. O primeiro capítulo é composto por breves considerações sobre a ditadura militar e a Igreja no Brasil (1964 – 1985), dividido em seis subcapítulos, onde é abordado o golpe de 64 e a reação da Igreja; governos da ditadura; as três fases da ditadura; Igreja Católica, política e a ditadura no Brasil; a Comissão Nacional da Verdade e o regime opressor.

O segundo capítulo foca em um breve histórico da ditadura militar e da Igreja Católica em Florianópolis neste período (1964 – 1985). Esta parte é constituída por cinco subcapítulos destacando a Igreja Católica em Santa Catarina; Operação Barriga Verde; a Igreja Católica, política e a ditadura em Florianópolis; a Comissão Nacional da Verdade em Florianópolis e, por último, a Novembrada.

CAPÍTULO 1 – BREVES CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA DITADURA MILITAR E A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL (1964 – 1985)

1.1 O golpe de 64 e a Igreja

A Igreja Católica apoiou o golpe, mas fez oposição ao regime⁷. A princípio a Igreja apoiou o golpe militar, pois o governo era fraco, corrupto e com tendências para o comunismo. O governo do presidente João Goulart em 1964 se tornara instável politicamente. É notório que a Igreja era conservadora. Segundo ela, o seu papel é preservar a palavra divina na Terra e divulgar a todos, sem distinção, os ensinamentos de Jesus Cristo. Fato é que grande parte do clero brasileiro e dos fiéis católicos apoiou os militares na tomada do poder. Porém, parte da instituição passou a combater os abusos e imposturas do regime que se seguiu. Comprovadamente, a Igreja apoiou e aprovou o golpe de 1964, sendo que posteriormente passou a sofrer nas mãos dos militares, principalmente quando exigiu a convocação de eleições gerais. A Igreja se tornou mais contundente criticando e denunciando torturas, prisões abusivas, falta de liberdade civil, exclusivamente no período posterior ao ano de 1968, quando da declaração do AI-5 (Ato Institucional 5), e o conseqüente aumento da repressão.

O período do regime militar no Brasil foi um dos momentos mais dramáticos no que tange ao desrespeito e a violência contra os direitos humanos⁸. Após o golpe de Estado, militares aplicaram um regime que sufocou movimentos trabalhistas e sociais, e grupos de oposição. Os órgãos policiais aplicaram a tortura aos cidadãos comuns para obter confissões de suspeitos, tornando-se uma política de Estado contra a todas atividades políticas de oposição à ditadura. Neste contexto, a Igreja Católica se destacou na luta contra a repressão, tortura e na defesa dos direitos humanos, sendo a mais importante instituição de oposição à ditadura militar. A postura da Igreja sofre mudanças nas diretrizes pastorais e teológicas, enquanto a ordem política e social é fixada pelos militares após 1964.

O período anterior ao golpe de 1964 foi de mudanças sociais que afetaram diretamente a Igreja. A sociedade brasileira passava por um processo de

⁷CATEQUISTA, O. *Igreja Católica e ditadura militar: apoio ao golpe*. Disponível em: <<https://ocatequista.com.br/...igreja>> Acesso em: 07 abr. 2019.

⁸Educação. *O papel da igreja católica*. Disponível em: <<http://educação.uol.com.br/...>> Acesso em: 07 abr. 2019.

modernização, o país se desenvolvia, passando a ser uma nação mais urbana e industrializada. Com isto, a Igreja passa a perder adeptos e enfrenta crises de vocações. Nas décadas de 1950 e 1960, é estimulada por experiências pastorais que levam a instituição a se envolver com muitos setores novos e também com o processo de modernização social. Surgem organizações criadas pela Igreja, dentre elas: Juventude Operária Católica (JOC), Ação Católica Operária (ACO), Juventude Universitária Católica (JUC) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nas décadas seguintes surgem as Comissões de Justiça e Paz (CJP), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). É notável que a Igreja ao longo dos séculos foi uma instituição elitista e conservadora, mas se modernizou e vem se adaptando. Ela procurou se aproximar mais com as classes populares com empenho na promoção da justiça social e na defesa dos direitos humanos. O golpe de 1964 teve o apoio das mais altas autoridades influentes da Igreja Católica no Brasil, por considerarem o presidente deposto, João Goulart, do partido PTB, fosse uma ameaça à ordem social vigente devido às suas convicções reformistas. Com o passar dos anos ficou claro que os militares não queriam passar o poder para os civis. O regime se transformou numa ditadura repressiva eliminando todos os focos de oposição através de prisões, torturas e assassinatos. Padres, freiras, bispos e arcebispos se tornaram alvos da repressão policial por se opor ao regime, e a Igreja passou a atrair grupos e setores sociais vítimas da repressão.

É preciso destacar a radicalização dos movimentos populares que reivindicavam amplas reformas estruturais, fazendo oposição à resistência conservadora das classes médias urbanas, dos latifundiários e da burguesia que repercutiu na Igreja.

Cancian (2011) afirma:

O golpe militar de 1964 representou, porém, um “divisor de águas” na história da Igreja no Brasil porque à medida que o Estado foi se militarizando estabeleceu-se um conflito latente nas relações entre o governo e o clero católico. Neste processo, a igreja se transformou na principal força de oposição à ditadura militar.⁹

Perdura até os dias de hoje o papel da Igreja no golpe militar de 1964. A pergunta mais difundida é: qual a posição da Igreja diante do movimento golpista? De acordo com Cancian (2011), foi limitada e quase nula. No final de 1963 e

⁹CANCIAN, Renato. *Igreja católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.

meados de 1964, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte tiveram as chamadas “Marchas da Liberdade”, ou “Marcha das Famílias com Deus pela Liberdade”. Movimento estes organizados por mulheres católicas das classes médias urbanas contra o governo de João Goulart. Deve-se frisar que a imprensa fez amplas coberturas destes movimentos. Cancian (2011) afirma que:

Alguns historiadores da Igreja e estudiosos do período identificam esses movimentos como um indicador do apoio da Igreja ao movimento de deposição de Goulart da Presidência da república. É preciso salientar, porém que foram poucas (e sem nenhuma influência constitucional) os membros do clero, sobretudo pertencentes à hierarquia, que apoiaram enfaticamente as “marchas”¹⁰.

Houve propostas de reformas sociais no governo de João Goulart e que foi apoiado por alguns setores do clero por coincidir com projetos de mudança social defendida pela Igreja:

Essa coincidência de objetivos, porém não foi capaz de gerar um movimento do clero em apoio ao governo de Goulart. Sendo assim, conclui-se que não havia unidade e nem mesmo clareza dentro da Igreja sobre as intenções políticas do presidente João Goulart, resultando daí uma ação difusa das parcelas do clero católico.¹¹

Era evidente a insatisfação da maioria da população com o governo Goulart. Havia temor e receio dos setores organizados da sociedade civil, do clero católico e as forças armadas de acontecer uma desorganização social, política, econômica e o avanço do comunismo no país. Depois do golpe, a comissão central da CNBB, após reunião no Rio de Janeiro, se manifestou da seguinte maneira:

Atendendo à geral e ansiosa expectativa do povo brasileiro que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as forças armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra (...) agradecemos aos militares que com grave risco de suas vidas se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem do abismo iminente.¹²

Ainda conforme Cancian (2011), percebe-se que as declarações da CNBB são importantes no que tange as relações entre a Igreja e o Estado brasileiro, porém neste período a instituição não tinha representatividade na hierarquia católica. A CNBB é uma organização episcopal sem precedentes no direito

¹⁰ Ibidem, p.38

¹¹ Ibidem, p. 39.

¹² Ibidem, pp. 40-41.

canônico e uma inovação do catolicismo brasileiro, idealizada para ser uma instância intermediária entre a Igreja local e a universal.¹³ Salientamos que desde a sua criação até o ano de 1964, a Comissão Central da CNBB era composta por um grupo reduzido de bispos progressistas liderados por Dom Hélder Câmara, que tinha autonomia para falar em nome da Igreja Católica. Após 1964, por determinação do Vaticano, a CNBB passou por uma reforma institucional e a Comissão Central passou a integrar 37 bispos; passados alguns anos, uma nova reforma descentralizou as suas atividades criando mais 13 regionais. Em consequência dessas reformas, a CNBB deixou de ser supradiocese.¹⁴ Percebe-se que antes do golpe militar as declarações promulgadas pela CNBB foram de um discurso crítico e oposicionista da igreja. Portanto, ao se afirmar que a Igreja apoiou o golpe de 1964, deve-se levar em consideração que este apoio não foi consensual e compartilhado por todos os membros da instituição.

1.2 Governos da Ditadura

Em janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek foi empossado como presidente eleito.¹⁵ O país passava por momentos conturbados devido ao ataque de setores direitistas. Após o término do mandato de Kubitschek, Jânio Quadros é eleito, considerado um fenômeno populista com rápida ascensão, fazendo um governo com um período muito curto, considerado autoritário com os planos internos e aberto com a política internacional. Jânio renuncia no dia 25 de agosto de 1961. A sua renúncia até hoje é alvo de controvérsias. O vice João Goulart foi impedido de assumir a presidência, considerado grande herdeiro do nacionalismo do governo de Getúlio Vargas na década de 1950, teve o seu nome impugnado pelos três ministros das Forças Armadas. Em consequência desse impedimento houve uma grande mobilização popular em todo o país. Os militares cedem e impõem o parlamentarismo, retirando os poderes do presidente. Os anos seguintes foram marcados por lutas populares.

As lutas por reformas estruturais fazem com que Goulart consiga através de um plebiscito favorável derrubar o parlamentarismo imposto pelos militares.

¹³ Ibidem, pp. 41-42.

¹⁴ Ibidem, p. 42.

¹⁵ ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 2011. pp. 60-61.

Trabalhadores e sindicatos se mobilizam em prol das reformas de base que foram propostas por Goulart. Nesse ínterim é criada a Central Sindical Comando Geral dos Trabalhadores e a direita denuncia que está sendo criada a Revolução Comunista no Brasil.

O período que se segue é marcado por inflação alta e sem aumento salarial para os trabalhadores. No campo, as Ligas Camponesas surgem e eclodem as lutas rurais gerando pânico aos fazendeiros conservadores que fazem de tudo para impedir a reforma agrária. As lutas prosseguem, e estudantes, artistas e muitos setores das classes urbanas reivindicam mudanças na educação, reforma agrária e a contenção de remessas de lucros para o exterior e os parlamentares fazem pressão pelas reformas. É nesse contexto que no dia 1º de abril de 1964 os militares derrubam o governo do presidente João Goulart e ocupam o poder. O Estado autoritário é consolidado, e a ruptura de abril de 1964 resulta no arquivamento das propostas nacionalistas de desenvolvimento através das reformas de base.¹⁶ É implantado um modelo econômico com alterações periódicas em questões de importâncias secundárias, revelando a concentração de renda e a desnacionalização da economia.

Ao longo dos 21 anos da Ditadura Militar, o Brasil teve cinco presidentes eleitos através de eleições indiretas, ou seja, sem a participação popular.¹⁷ O primeiro presidente foi o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco no período de 15 de abril de 1964 até 1967, que implantou as bases do aparato repressor conhecido como os “anos de chumbo”. Castello Branco assume o governo com o Ato Institucional nº1 (AI-1), em que justificava a deposição de João Goulart e criava o aparato jurídico para permitir que a Ditadura impusesse a repressão e a perseguição a opositores políticos e civis. O AI-1 não anulou a Constituição Federal de 1946, mas fez modificações pontuais na Carta Constitucional do país. Castello Branco expulsou militares das Forças Armadas; civis da burocracia civil; parlamentares tiveram seus direitos políticos cassados, sendo a maioria do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além de 3 governadores nacionalistas que não apoiaram o golpe, como foi o caso dos governadores de Pernambuco, Sergipe e Goiás (Miguel Arraes, Seixas Dória e Mauro Borges, respectivamente). Houve forte

¹⁶Ibid. Pg. 64.

¹⁷ SILVA, Daniel Neves. *Governo Castello Branco*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/>>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

repressão aos movimentos estudantil, camponês e as ligas camponesas foram colocadas na ilegalidade. Os inquéritos policiais militares eram mecanismos de investigação e repressão utilizados para combater os opositores chamados de “subversivos”. Por insatisfação nas Forças Armadas, foi decretado o Ato Institucional nº2. Em 1965, o presidente era considerado moderado, e as pressões fizeram o presidente endurecer o regime. O AI-2 fortaleceu o poder executivo e decretou que a partir daquele momento as escolhas dos presidentes seriam por eleições indiretas. Conservadores bastantes influentes rompem com a Ditadura Militar. Destacaram-se Carlos Lacerda, jornalista e político que lutava pelo retorno das eleições presidenciais e Ademar de Barros. Lacerda fundou o grupo político Frente Ampla como movimento de oposição à Ditadura Militar e que foi colocado na ilegalidade no começo de 1968. Em fevereiro de 1966, é decretado o Ato Institucional nº3, que estipula o Sistema Bipartidário no país. Surgem a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido do governo militar e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da oposição consentida. As eleições para governadores e prefeitos também passam a ser indiretas. Há a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI) e a Lei de Segurança Nacional (LSN). É decretado o Ato Institucional nº4, que autoriza uma nova Constituição brasileira, outorgada em março de 1967. A política econômica ficou marcada pela austeridade com o objetivo de controlar a inflação e combate ao endividamento público. Foi criada a Lei de Greve, tornando impossível a realização de greves no país. A política de austeridade deu resultados: a inflação cedeu a partir de 1965, e os interesses do grande empresariado (que apoiou o golpe de 1964) foram atendidos, pois, arrochou salários e criou mecanismos que facilitavam a demissão de funcionários praticamente sem os direitos trabalhistas. O governo de Humberto Castello Branco é considerado como de transição onde o aparato repressivo é fixado sem causar a ruptura do regime com a sociedade civil. O próprio Castello Branco foi pressionado pelas Forças Armadas a deixar o poder.

O General Artur Costa e Silva¹⁸ foi o segundo presidente durante o período militar, entre 1967 e 1969. Seu governo se destacou por medidas de desenvolvimento e o chamado “milagre econômico”. Foi o início dos anos de chumbo, período de maior repressão da Ditadura Militar. O governo de Costa e Silva tem início após disputa de eleição indireta em 1966, tendo ele como único candidato. A sua vitória é

¹⁸SILVA, Daniel Neves. *Governo Costa e Silva*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/costa-silva.htm>>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

resultado de forte campanha dentro do Exército para aumentar o aparato de repressão do Estado. A eleição de Costa e Silva foi vista por parte da população como uma esperança de liberalização do regime. Entretanto, o governo de Costa e Silva foi responsável pelo período mais repressivo da ditadura, onde perseguiu movimentos estudantis e operários e concluiu seu mandato com o decreto Ato Institucional nº5, no final do ano de 1968.

Quanto à política econômica, foi adotada uma política desenvolvimentista para promover um rápido crescimento econômico do país com o intuito de estimular o consumo e o investimento público. Tal política de Costa e Silva em 1967 dá início ao período cunhado como “milagre econômico”, citado anteriormente, que se estende de 1968 a 1973. Esse período se caracteriza com um rápido aquecimento da economia e índices de crescimento econômico elevados. Schwarcz e Starling (2015) afirmam:

O milagre tinha explicação terrena. Misturava, com a repressão aos opositores, a censura aos jornais e demais meios de comunicação, de modo a impedir a veiculação de críticas à política econômica e acrescentava os ingredientes da pauta dessa política: subsídio governamental e diversificação das exportações, desnacionalização da economia com a entrada crescente de empresas estrangeiras no mercado, controle do reajuste de preços e fixação centralizada dos reajustes de salários.¹⁹

Estes resultados para a economia durante o milagre econômico foram expressivos: o PIB cresceu 11,2% em 1968 e 10% em 1969. Entretanto, o preço a ser pago foi alto, pois nesse período havia grande concentração de renda, elevando a desigualdade na sociedade e endividamento governamental. A oposição crescia desde 1967, e o resultado foi o confronto entre governo e oposição levando ao endurecimento do regime que vinha desde a posse de Castello Branco, em 1964.

No que se refere ao campo político, deve-se ressaltar que nomes importantes que apoiaram o golpe começam a romper com o regime, entre eles temos Ademar de Barros e Carlos Lacerda, como citado anteriormente. A Frente Ampla é organizada por Lacerda, com atuação durante o governo Costa e Silva. O objetivo da Frente Ampla era o retorno da democracia no Brasil e o desenvolvimento econômico. Esta frente contou com o apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart,

¹⁹SCHWARCZ; STARLING. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. pp.452-453.

que foram antes criticados por Lacerda durante seus governos. É importante mencionar o movimento estudantil no período de 1967 a 1968, grupo social relevante na luta contra o regime militar. Os protestos se tornaram mais fortes a partir de março de 1968, quando o estudante Edson Luís foi morto pela polícia durante um protesto na cidade do Rio de Janeiro. Os protestos, então, se estenderam e foram violentamente reprimidos pela polícia. Em 26 de junho do mesmo ano, ocorre a “Passeata dos Cem Mil” que teve participação atuante de estudantes, artistas e intelectuais. Em represália, foi proibida a realização de protestos, houve invasão da Universidade de Brasília no mês de agosto em consequência da repressão, e vários grupos estudantis aderiram à luta armada em forma de resistência ao regime.

Entra em cena, então, o movimento operário. O congelamento salarial implantado a partir de 1964 afetou a renda do trabalhador, provocando greves em Minas Gerais e São Paulo. Em Minas, estourou uma greve em 1968 na siderúrgica de Contagem, envolvendo cerca de 16 mil trabalhadores. O governo foi obrigado a negociar, reajustando os salários em 10%; porém, houve repressão, com a prisão de trabalhadores e a ocupação da cidade de Contagem. Após três meses, eclode outra greve, dessa vez em Osasco, São Paulo, com 10 mil trabalhadores mobilizados. O governo não negocia e reprime de forma violenta, ocupa a cidade, prende centenas de trabalhadores e lideranças sindicais desaparecem na clandestinidade. A repressão do governo adormeceu o movimento operário por uma década. O AI-5, estabelecido em dezembro de 1968, foi definido após reunião que ficou conhecida como “missa negra”. Tal ato foi lido em rádio para todo o país pelo então Ministro da Justiça, Gama e Silva. Por fim, o governo de Costa e Silva vai até março de 1969, quando sofre um derrame e é afastado definitivamente da presidência, vindo a falecer meses depois. O país é governado até outubro de 1969 por uma junta militar provisória que transmite o poder no mesmo ano para o General Emílio Garrastazu Médici.

Com o governo Médici²⁰, os instrumentos da repressão e tortura que vem desde 1968 são intensificados, os chamados “porões da ditadura” ganham o aval do

²⁰ SOUZA, Rainer Gonçalves. *General Médici*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/general-medici.htm>>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

Estado para torturar e assassinar nas delegacias e presídios. No fervor destes acontecimentos, surge a guerrilha do Araguaia chefiada por Carlos Lamarca e Carlos Marighella e fundada em 1975. A guerrilha age com violência contra o regime, porém é abalada com a morte de seus dois líderes. A Guerrilha foi uma das poucas atividades de oposição clandestina que resistiu ao regime. Os órgãos de imprensa sofrem repressão intensa, ficando impossibilitados de denunciar as arbitrariedades que se espalhavam pelo país, por outro lado, o governo Médici usa os meios de comunicação para passar uma visão positiva do governo militar. Esta propaganda teve êxito graças às medidas econômicas adotadas pelo ministro Delfim Neto, com influência de uma economia de natureza produtivista, em que incentivou o reaquecimento das atividades econômicas, porém sem repassar parte desta riqueza à sociedade. Confiante, dizia que deveria “fazer o bolo crescer para depois repartir”. Seu plano teve crescimento superior a 10% ao ano. O rotulado milagre econômico foi marcado por grandes obras públicas, dentre elas a Rodovia Transamazônica, a ponte Rio-Niterói e a Usina Hidrelétrica de Itaipu, dando a impressão de que o país se modernizava rapidamente. Entretanto, esta onda de crescimento era obtida através de empréstimos grandiosos, alcançando 10 bilhões de dólares. Todo este crescimento econômico começa a reduzir em 1973, e a crise do petróleo se acentua, com o Brasil importando grande parte do petróleo que consumia; aliada à dívida externa e à inflação alta, as pretensões do regime se abalam.

Começa o governo do General Ernesto Geisel²¹, com o intuito de administrar o avanço das oposições legais diante dos sinais da crise da ditadura. Por outro lado, a eleição de Geisel foi marcada por eleições indiretas com o partido do MDB lançando os nomes de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, em oposição ao candidato da ARENA, partido do regime. O MDB concorreu denunciando as falhas do regime militar e a opressão do sistema. Em consequência dos problemas gerados pela oposição, Geisel convoca Mário Henrique Simonsen para assumir o Ministério da Fazenda. É anunciado o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, com a pretensão de retomar o crescimento econômico e combater a inflação. Priorizando os bens de capital, o governo investe nas empresas estatais. No entanto, estas medidas adotadas pelo governo não tem o efeito esperado, pois a economia nacional não teve condições de reagir frente a seus problemas. Enquanto

²¹ SOUZA, Rainer Gonçalves. *Ernesto Geisel*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiabernesto-geisel.htm>>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

isso, a crise do petróleo atingia as grandes potências econômicas e a oposição política oficial ganhava força. O sentimento por reforma é marcante nas eleições de 1974, e o partido do MDB detém 40% das cadeiras do Congresso Nacional. Alguns militares sentem a desaprovação popular frente ao regime, e defendem a flexibilização para que o governo militar tenha mais tempo no poder. Diante de um cenário contraditório, setores mais radicais do regime são incitados a cometerem atos extremos de autoritarismo. Como exemplo, o suposto suicídio do jornalista Vladimir Herzog nos corredores do 2º Exército de São Paulo em outubro de 1975. Este incidente uniu forças para que muitas entidades representativas juntas reivindicassem a anistia a presos políticos, e a realização de uma nova constituinte. Dentre as entidades que lideraram essas lutas em favor dessas duas grandes reivindicações, temos: Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira para o Progresso da Ciência, Associação Brasileira de Imprensa, Comitê Brasileiro pela Anistia, Comunidades Eclesiais de Base e União dos Estudantes do Brasil. O governo, prevendo um crescimento da representação política da oposição, lança em 1977 o “pacote de abril”, que promove uma desarticulação política com base sustentada nas premissas do AI- 5. O ato repressor se amplia com o fechamento do Congresso Nacional, e o Sistema Judiciário e a Legislação sofrem alterações. As campanhas eleitorais são restritas, o mandato presidencial passa para seis anos e as Leis também passam a serem aprovadas por maioria simples. Com isso, a ditadura conseguiu garantia da maioria dos integrantes da política a favor da situação. Assim, Geisel com o seu projeto de forma lenta e gradual consegue afastar os radicais do governo e facilita a eleição de Figueiredo. Por fim, Geisel tomou uma atitude conservadora da sua abertura política ao revogar o AI-5, facilitando a Figueiredo o direito de decretar o Estado de Sítio a qualquer momento.

Por último, vem o governo²² do General João Batista Figueiredo, marcado por uma grande crise econômica e pela reabertura política do país. Nesse governo foi abolido o sistema bipartidário e concedida a anistia política dos militares e perseguidos políticos. Inicialmente, este projeto não beneficiava todos os envolvidos com crimes políticos, mas tal projeto de Lei sofre alterações para perdoar todos que praticaram crimes de tortura e a devolver direitos políticos plenos a todos os exilados. Uma reforma geral faz surgir vários partidos políticos. O partido da ARENA,

²²SOUZA, Rainer Gonçalves. **Governo Figueiredo**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiabgeneral-figueiredo.htm>>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

partido que conta com o apoio dos militares, se transforma no Partido Democrático Social (PDS), composto por conservadores e beneficiários da ditadura. Já o Partido do MDB, que fazia uma discreta oposição no período da linha dura, muda para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Deve-se destacar o surgimento dos partidos de forte teor de oposição, como: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Popular (PP). Essa reorganização do cenário político não era bem vista pela população. Houve atentados por parte de partidários do regime contra manifestações públicas e abertura política. Fato marcante aconteceu em uma festa no Dia do Trabalhador (1º de maio), realizada no Riocentro, com uma explosão de bomba onde um militar morreu. Há suspeitas de que a bomba foi implodida no interior do veículo onde acontecia a festa com o intuito de forjar um atentado por parte dos opositores do regime.

No que se refere à economia, o governo de Figueiredo enfrentava dificuldade com o fim do milagre econômico. O ministro Delfim Neto é convocado para assumir novamente o cargo de Ministro da Fazenda, quando lança o 3º Plano Nacional de Desenvolvimento, que não dá resultados, pois neste período a economia mundial passava por recessão, dificultando a obtenção de novos empréstimos. Diante da crise econômica que passava o país, muitos grupos políticos passaram a apoiar a aprovação da emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização de uma nova eleição presidencial com o slogan “Diretas Já”, para o ano de 1985. Esta emenda não foi aprovada e um novo plano de transição democrático é estabelecido. No entanto, este processo de eleição em 1985 foi disputado por dois candidatos civis: Paulo Maluf e Tancredo Neves, sendo eleito este último, que não assume devido a complicações de um câncer de intestino que o leva à morte. O vice-presidente José Sarney assume o poder com a responsabilidade de contornar os problemas político-econômicos do país. Desde então, surge um novo período na história política brasileira, que ficou conhecido como a Nova República.

1.3 As três fases da Ditadura

A Ditadura Militar no Brasil passou por três fases diferentes durante seus 21 anos de duração²³. A primeira fase vai de 1964 a 1968 com a implantação do regime e as lutas dos opositores encerrando com o AI-5. A segunda fase ocorre de 1969 a 1979, com as lutas armadas, fortalecimento dos governos militares e se encerra com a abertura política. Na última fase, por sua vez, de 1980 a 1985, ocorrem as campanhas contra os militares, campanhas pelas Diretas Já, a Lei de Anistia política e a eleição indireta de Tancredo Neves e o encerramento do regime militar.

O destaque da primeira fase da ditadura militar foram os quatro primeiros Atos Institucionais, que vão iniciar as ondas opressoras²⁴. O AI-1 funcionou como um substrato jurídico com o fim de estabelecer direito ao regime. Este Ato Institucional foi criado para justificar e legitimar o golpe dando poderes aos seus líderes. Os direitos políticos de opositores do regime foram suspensos por dez anos, houve cassação de mandatos nas esferas Federais, Estaduais e Municipais. Além disso, a tortura foi constante desde o início do período ditatorial, usada contra comunistas, militares de alta patente contrários ao grupo que estava no poder.²⁵ O Ato institucional (AI-2) surge no momento da vitória da Linha Dura, considerada a parte jovem dos oficiais radicais do Exército. O AI-2 tinha mais poder do que uma Constituição: podia receber emendas sem a participação dos representantes do povo. O Ato Institucional (AI-3), por sua vez, deu poder às Assembleias Legislativas dos Estados, nomeação de governadores de Estados e indicação de prefeitos de capitais e de cidades consideradas de Segurança Nacional. Por fim, temos o Ato Institucional (AI-4), responsável pela convocação do Congresso Nacional para votar a Constituição de 1967.

Na segunda fase do regime, há forte crescimento da oposição ao governo, notoriamente pelo movimento estudantil, trabalhadores, Frente Ampla e parte da Igreja Católica. Dentre os Atos Institucionais, o AI-5 dava ao presidente poder para fechar o Congresso Nacional. Logo, o AI-5 representou a normatização quanto a legalidade de todos os meios para a Ditadura Militar se apropriar do inimigo interno em conformidade à doutrina de Segurança Nacional.

²³CATEQUISTA, O. *Igreja Católica e ditadura militar: apoio ao golpe*. Disponível em: <<https://ocatequista.com.br/...igreja/>>. Acesso em: 19 de abril de 2019.

²⁴NUNES, Ramon de Souza. *A história do direito e a ditadura militar*. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br>>. Acesso em: 23 de abril de 2019.

²⁵Idem.

A fase final da Ditadura Militar se caracterizou no governo de Ernesto Geisel a partir de 1974 pela lenta abertura política brasileira, que prossegue até o fim da Ditadura. Entretanto, a partir de 1976, o presidente Ernesto Geisel decide controlar de forma mais direta os chamados “porões” da repressão, com o intuito estratégico de preparar o regime para uma futura transição para um governo civil. Assim, a Lei de Anistia proposta pelo regime no início do governo Figueiredo, em 1979, foi uma das ações mais importantes na estratégia da abertura: deveria permitir a volta dos exilados e liberar os presos que não tivessem cometido crimes de sangue, fazendo com que o sistema político-partidário os absorvesse. Portanto, essa abertura política acompanhada do abrandamento do aparelho repressor dando possibilidades a algumas pessoas expulsas ou exiladas de novamente ter garantias individuais, culminando com a transição democrática brasileira que vai até a Constituição de 1988.

1.4 Igreja Católica, política e a Ditadura no Brasil

É notório que a política e a religião envolvem convicções subjetivas. Isto é histórico. De fato, a Igreja Católica, uma instituição milenar, frequentemente esteve presente ao lado de comunidades necessitadas de auxílio nos conflitos, e outras vezes teve atuação contraditória. Segundo Arns (2011), as angústias e esperanças do povo devem ser compartilhadas pela Igreja. Não obstante, Boff (1982), afirma que o povo oprimido deve elaborar a consciência de sua atuação de oprimido, organizando-se, articulando práticas que intencionem e apontem para uma sociedade alternativa, mesmo dependente e injustiçada. Dentro deste contexto, ele enfatiza que:

O compromisso político nasce da própria reflexão da fé que exige mudança. Mesmo quando se fazem análises sobre os mecanismos da opressão nunca está ausente a fé, com horizonte de compreensão, como mística poderosa para a ação e como ponto de chegada de todo agir humano. A comunidade não se transforma numa célula política. Ela é aquilo que é: lugar da reflexão da fé e de sua celebração. Mas ao mesmo tempo é o lugar onde se ajuízam eticamente, à luz de Deus, as situações humanas. A comunidade cristã e a comunidade política não são dois espaços fechados, mas abertos, por onde circula o cristão: na comunidade cristã, este celebra e alimenta sua fé; aí ele houve a palavra de Deus que o envia para o compromisso para com seus irmãos; na comunidade política age e atua ao lado de outros, realizando concretamente a fé e a salvação; aqui ele escuta a voz de Deus que o chama a expressar-se na comunidade cristã. Tanto um espaço quanto o

outro vem recoberto pela realidade do reino de Deus que se realiza, embora sob signos diferentes, num e noutro espaço.²⁶

Ademais, a Igreja tem uma visão do mundo, do homem, da convivência, da distribuição dos bens, pois quando ela anuncia o evangelho, anuncia uma política com origem no evangelho; tem interesse na política, na qual os pobres e desamparados sejam acolhidos. A política constitui parte da sua missão e essência. Neste ponto, portanto, a Igreja não deve se calar diante da exploração do povo.²⁷

Convém mencionar dois episódios marcantes na historiografia brasileira que ocorreram na primeira fase da república no Brasil: a Guerra de Canudos, em 1897, e a Guerra do Contestado, em 1912. Estes dois movimentos de cunho messiânico, foram na verdade lutas de pessoas necessitadas, carentes, miseráveis, que procuravam um conforto espiritual e material nas figuras de líderes espirituais, que não foram bem vistos tanto pela Igreja, como pelo poder político.

Na História da Igreja no Brasil, percebe-se que ela foi subordinada e dependente das estruturas políticas do poder colonizador. Cancian (2011) afirma:

Por este acordo, o Estado colonizador garantia a implantação e expansão da fé cristã em todos os domínios e territórios conquistados; em troca a Igreja Católica Romana concedeu a Coroa prerrogativas de controle sobre as igrejas e ordens religiosas católicas sediadas nos territórios coloniais.²⁸

No período monárquico, por sua vez, a relação Igreja e governo imperial se agrava, como mais grave conflito referente à subordinação política da Igreja. De fato, a separação entre Igreja e governo imperial se concretiza com o advento da Proclamação da República, em 1889. Igreja e Estado se desvinculam em um processo oficializado pelo governo provisório e pela Constituição de 1891.

No início da repressão ditatorial, conforme Arns (2011),

A Igreja que apoiara a deposição de João Goulart, passa por profundas transformações e começa a enfrentar dificuldades crescentes nas suas relações com o Estado, tornando-se também vítima dos atos repressivos: há prisões de sacerdotes e freiras, torturas, assassinatos, cerco a conventos, invasões de templos, vigilância contra bispos.²⁹

Segundo Boff (1982),

O compromisso político nasce da própria reflexão da fé que exige mudança. Mesmo quando se fazem análises sobre os

²⁶BOFF. *Igreja: carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante*. Vozes-Petrópolis, 1982. p. 25.

²⁷Ibid. p.51.

²⁸ CANSIAN, Renato. *Igreja católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.p.14.

²⁹ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 2011.p.68.

mecanismos da opressão nunca está ausente a fé, com horizonte de compreensão, como mística poderosa para a ação e como ponto de chegada de todo agir humano.³⁰

A política da Igreja na Ditadura Militar, no que se refere ao conflito Igreja e Estado na década de 1970, inicialmente não afetou os altos comandos de ambas instituições. Os militares estavam certos de que a Igreja estava apoiando o regime. Houve manifestações de agradecimentos a Deus por parte da Comissão Central da CNBB (Comissão Nacional dos Bispos do Brasil) pela intervenção militar na política do país. Historicamente, os militares estavam cientes de que a Igreja sempre se acomodava com as mudanças de governo e que logo estaria do lado dos “vencedores”. No entanto, essa boa convivência era um prenúncio de desentendimento, pois para os militares, a Igreja deveria ficar limitada às suas atividades e atos litúrgicos, e que deveria disciplinar os que fossem contrários à hierarquia disciplinar da própria Igreja. Os militares não imaginaram uma religião de vocação libertária no Brasil. Vale ressaltar que a religião que está no poder se considera legítima, enquanto a religião das camadas inferiores se revolta e dita as transformações sociais. Afinal, a religião de redenção nasce de um estado de carência, enquanto as classes superiores nunca se encontram em estado de carência.

O golpe de 1964 e o choque entre militares e membros da Igreja que dele decorreram, permitiram a consolidação da TFP (Associação para a Defesa do Trabalho, da Família e da Propriedade), e para o surgimento de outros grupos de extrema-direita, que se queixavam do catolicismo. Correntes totalitárias e elitistas sempre existiram dentro da Igreja em relação a problemas litúrgicos e religiosos não organizacional: é a luta dentro da instituição pelo poder em busca de uma nova ação política. Ações estas ligadas à Igreja:

Paralelamente a esse desenvolvimento, que se poderia considerar inerente à opção religiosa, a limitação crescente da vida política formal no Brasil deu, como vimos, particular relevo às intervenções da Igreja nos domínios da política e do social. O controle das eleições, a censura dos meios de comunicação de massas, a suspensão das garantias aos direitos individuais, o alargamento do campo da segurança nacional, que é reservado exclusivamente aos militares, o fechamento do debate sobre os problemas econômicos, culturais e sociais, privaram os que baseavam a sua inserção na estrutura social em mandatos eleitorais – os políticos partidários – da sua

³⁰BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante*. Petrópolis: Vozes, 1982.p.25.

função tradicional intermediários entre os interesses locais e o Governo Federal, bem como do papel de porta – vozes das aspirações mais gerais da população e de interlocutores no processo de negociação das soluções para os problemas do País.³¹

No que tange a política, muitos políticos passaram a sobreviver à mercê dos militares, se dispondo a seus serviços. Ademais, os membros das hierarquias militar e eclesiástica que se deixaram comprometer pelos seus contatos com políticos, são malvistas pelos seus colegas e geralmente sofrem de perda de influência. Vale ressaltar que a ajuda por parte de membros da direita católica ao regime vem de dentro da Igreja e do plano político geral.

Alves (1979), afirma que

A participação da extrema – direita católica no debate ideológico que se trava no Brasil é considerável. A sua importância ultrapassa amplamente a zona de influência da Igreja. São os ideólogos católicos desta facção que fornecem aos militares no poder modelos e justificações. Defendem o corporativismo e o autoritarismo como instrumentos apropriados, se não únicos, para alcançar o bem comum.³²

Diante deste contexto, nota-se que os temas da ala direita católica são de apoio ao governo, negação de ameaça à situação social existente e rejeição ao liberalismo político.

A partir de 1968, as estruturas da direita se consolidam, e manifestações de estudantes e greves de operários são reprimidas com violência policial. Padres e freiras participam das manifestações com apoio de bispos diocesanos. A tensão política provoca transformações dentro da igreja. Neste período, é notável a influência da Igreja Católica na vida política brasileira, aumentando à medida em que os partidos legais no processo de decisões reduzem as discussões ideológicas.

1.5 Comissão Nacional da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade é uma instituição criada pelo Estado para investigar fatos, causas e consequências de violações de direitos humanos ocorridos no Brasil de 1964 a 1985.

³¹ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. pp.223-224.

³² Ibid. p. 226.

A Comissão Nacional da Verdade³³ no Brasil foi criada através da Lei nº12528, de 18 de novembro de 2011, com o objetivo de elucidar as graves violações de direitos humanos ocorridos no país, no período de 1946 a 1988, especialmente durante a Ditadura Militar. Para isso foi criado um relatório, que ficou dividido em três volumes. Nota-se como este grande trabalho investigativo e esclarecedor referente às violações de direitos humanos no período militar é bem minucioso e repleto de fatos.

No volume 1 do relatório, temos uma descrição da criação da Comissão, antecedentes históricos, seu mandato legal, comissão de outros países, relação com órgãos públicos, Ministério da Defesa e Forças Armadas e a sociedade civil; cooperação internacional com Comissões de outros governos no esclarecimento de fatos ocorridos no Brasil e no exterior. Em seguida, o volume 2 trata das estruturas do Estado e as graves violações dos direitos humanos. Neste volume, há relatos do SNI (Sistema Nacional de Informações), dos órgãos de repressão do Exército, DOPS (Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social), a operação Condor, colaboração entre as Ditaduras do Cone Sul, e a influência dos Estados Unidos na América do Sul. Por fim, o terceiro volume trata dos métodos e práticas utilizados nas violações dos direitos humanos e suas vítimas, como detenções, torturas, execuções sumárias, arbitrariedades, desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres.

As violações dos direitos humanos nas igrejas cristãs durante o período militar destacam-se a Igreja Católica Romana. Conforme a Comissão Nacional da Verdade, as graves violações de direitos humanos sofridas pela Igreja Católica se refletem na relação Estado e Igreja e na compreensão e transformação da sociedade brasileira. No que tange ao golpe é notório que a Igreja Católica trabalhou no papel ideológico do processo, e, de forma contraditória, atuou na luta a favor dos direitos humanos. Vale ressaltar que a Igreja atuou contra o comunismo entre as décadas de 1930 e 1950.

A partir do golpe há perseguição a agentes de pastoral, clérigos e leigos da Igreja Católica, e conventos sofrem invasões. Neste momento, o Estado de Segurança Nacional via a Igreja como inimigo público, como um instrumento do poder ou do contrapoder. O Centro de informações do Exército avaliou que havia

³³ Comissão Nacional da Verdade. Volume 1: Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>.

infiltração esquerdista dentro do Episcopado brasileiro. O Episcopado sofreu uma série de ataques e difamações, dentre eles:

1. ataques difamatórios: ataques verbais ou feitos através da imprensa, à Igreja, a pessoas de Igreja;
2. invasões: cercos, devassas, busca e apreensões, espionagem na intimidade de residências e reuniões de Igreja;
3. prisões: todo tipo de detenção, por horas, dias, meses ou anos;
4. tortura: atentou-se, sobretudo, para a referência explícita a maus tratos físicos e/ou psicológicos;
5. mortes: por assassinato, por “suicídio” em consequência de tortura, em tiroteio de rua; ameaças de morte, em diversas circunstâncias;
6. sequestros: casos de desaparecimento forçado de bispos, sacerdotes e cristãos engajados na pastoral, que ficaram sem explicação, mesmo quando as pessoas em questão reapareceram;
7. processos: contra bispos, sacerdotes, religiosos e grupos de cristãos;
8. intimações: pessoas foram obrigadas a comparecer para apenas prestar depoimento, havendo implicações jurídicas ou não;
9. expulsões: do país, dos locais de trabalho, por decreto, processo ou pressão; ameaças de expulsão e banimentos de sacerdotes e religiosos;
10. censura: a jornais, revistas, emissoras, correspondência explicitamente da Igreja e as violações de bagagem;
11. proibições: impedimento de publicações, de trabalhos de base, a convites a autoridades da Igreja, e das funções;
12. falsificações: de publicações, de cartas, ou da identificação de pessoas³⁴.

É importante salientar novamente que a Igreja Católica apoiou o golpe militar e, no entanto, sofreu as mais graves violações de Direitos Humanos. Isto é notório.

A censura foi muito repressiva com os meios de comunicação da Igreja Católica. As dioceses em todo Brasil sofreram com a censura e controle dos meios de comunicação.

Muitos agentes de pastorais solidários com a população rural e indígena foram perseguidos e mortos. Em parte da região amazônica, principalmente entre o Araguaia e o Xingu, empresários receberam incentivos fiscais do governo militar para investir na Amazônia. Em consequência, muitas áreas indígenas e pequenos povoados de posseiros foram ocupados por pessoas vindas de fora. A Igreja entra em conflito com o latifúndio e a marginalização social, denunciando suas atrocidades; em retaliação, passa a sofrer repressão do governo militar. Os relatos de missionárias e missionários referentes a extermínio de povos indígenas é intenso

³⁴Texto 4. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. pp. 159-160. Brasília:CNV,2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2>.

e brutal. Esta realidade estava presente em diversos outros lugares do país. No ano de 1975, é convocada a Comissão Brasileira de Justiça por bispos da região amazônica, formando-se uma Comissão de Terras, a qual vai dar origem à Comissão Pastoral da Terra e que se estende para todo o Brasil.

Verifica-se que a própria Igreja fizera um movimento social e religioso, a Sociedade Brasileira Tradição, Família e Propriedade contra a reforma agrária. Indígenas e camponeses estavam nos planos do governo militar na condição de produto de desenvolvimento, enquanto a Igreja Católica priorizava a promoção humana e justiça social.

A dualidade Estado e Igreja Católica na década de 1970 se intensifica e bispos se tornam alvos da ditadura militar. Há detenções arbitrárias, sequestros e torturas de agentes de pastoral, leigos e clérigos. Um caso marcante foi o relato de sequestro do bispo da Diocese de Nova Iguaçu (RJ), Dom Adriano Hipólito, demonstrando o teor da brutalidade, tortura psicológica e humilhação praticada pelos agentes oficiais às suas vítimas. Segue depoimento do bispo que sofreu tortura:

A primeira [coisa] que fizeram foi tirar toda a minha roupa, deixando-me inteiramente nu. Aí então tentaram enfiar-me na boca o gargalo de uma garrafa de cachaça. Senti nos lábios o gosto e resisti. Não insistiram, mas um derramou a cachaça no capuz. Senti-me asfixiar e cai no chão estrebuchando. Pensei que ia perder completamente os sentidos, mas aos poucos me recuperei. Eu estava deitado, no lado esquerdo, num chão irregular de pedras e gravetos. E uma distância de 50-100 metros ouvia-se passar algum carro, devíamos estar assim perto de uma estrada. Começaram os insultos e provocações. Outro me disse: “Chegou tua hora, miserável, traidor vermelho. Nós somos da Ação (não me recordo se disseram Ação, Aliança ou Comando) anticomunista brasileira e vamos tirar vingança. Você é um comunista traidor. Chegou a hora da vingança para você, depois é a hora do bispo Calheiros de Volta Redonda, e de outros traidores. Temos a lista dos traidores”. Depois acrescentou: “Diga que é comunista, miserável”.

Ao que respondi: “Nunca fui, não sou, nem serei comunista. O que fiz foi sempre defender o povo”. De vez em quando me davam pontapés. A certa altura ouvi, numa distância que calculo de 20 metros aproximadamente, a voz de Fernando [o motorista do carro do bispo] que gritava: “Não façam isso comigo, eu não fiz nada”. Tive a impressão de que estavam batendo nele. Resolvi então falar: “Deixem o rapaz, ele não tem culpa de nada. O que foi que ele fez?”. Repeti ainda outra vez estas ou palavras semelhantes. Alguém retrucou: “Que nada! Quem ajuda comunista é comunista”. Começaram a lançar spray no meu corpo. Eu sentia o borrifar e o frio do spray. Tinha um cheiro acre. Pensei que iam me queimar. Depois me disseram duas vezes: “O chefe deu ordem para não matar. Você não vai morrer, não. É só para aprender a deixar de ser comunista”.

Houve um silêncio mais prolongado e deram ordem de entrar novamente no carro. A cena tinha durado entre 30 a 40 minutos. Empurraram-me, todo nu, para dentro do carro, novamente no banco traseiro. Sempre encapuzado e algemado. Fizeram-me acachapar ao máximo no banco, sempre às custas de pancadas, depois colocaram por cima de mim umas tiras do que acho que tinha sido minha batina. O carro arrancou. [...] Nu e atado fiquei na calçada. Era uma rua ajeitada, com pouca luz, lembrando alguns bairros de Nova Iguaçu. Na casa defrente, uma luz fraca saía da janela. Tentei desamarrar a corda, mas os nós estavam muito apertados. [...] Era cerca de 21h45. Juntaram-se alguns homens que me perguntaram o que aconteceu. Tento explicar. Não entendem os nomes das ruas e dos bairros. Pergunto então: “Em que bairro de Nova Iguaçu a gente está?”. Acham certa graça e respondem: “O senhor está em Jacarepaguá”. Perguntam ainda se estou ferido. Eu descubro que o spray me deixou todo vermelho[...]”³⁵

Qualquer cidadão, sem exceção, não estava imune às atrocidades praticadas pelo regime ditatorial. Os atos de violência contra a Diocese e o bispo continuaram. A CNBB repudiou os atos.

O Exército possuía um registro referente a atividades consideradas subversivas de padres. Em registro datado de 28 de março de 1969, constava inquéritos policiais contra padres e leigos. Surgiram outros relatos de tortura contra agentes da Igreja Católica em Minas Gerais, Rio de Janeiro e em Recife, todos alvos de ações repressivas. Mortes e desaparecimentos forçados de leigos eram práticas coordenadas de ação do Estado. Expulsões e exílio de agentes de pastoral, leigos e clérigos foi uma das formas de violência do Estado contra a Igreja Católica. O acesso de missionários estrangeiros foi restringido, muitos foram expulsos por serem solidários ao povo brasileiro. Ou seja, missionários e agentes de pastoral eram considerados inimigos do Estado.

Protestantes, por sua vez, principalmente presbiterianos, metodistas e luteranos, voltados ao lado social, eram igualmente considerados pelos agentes do sistema repressivo como inimigos da nação. As forças repressivas alegavam que esses grupos religiosos disseminavam ideias contrárias à Doutrina de Segurança Nacional, e denominavam os chamados progressistas tanto católicos quanto protestantes por ações consideradas como de contestação ao regime vigente e às autoridades constituídas. Portanto, as igrejas cristãs deixaram marcas na memória da ditadura militar brasileira, tanto pelo apoio de lideranças, clérigos, leigos, na defesa de direitos humanos e solidariedade com as vítimas e suas famílias.

³⁵Ibidem. pp.166-177.

Destaque para os católicos romanos na Ação Católica, na Teologia da Libertação, nas Pastorais Sociais, e nas Comunidades de Base, que atuaram a favor da justiça e dos direitos fundamentais do ser humano.

1.6 O regime opressor

O início da consolidação do Estado autoritário se dá com alterações na estrutura jurídica do país. O aparato de repressão e controle modifica radicalmente o sistema de relação entre o Executivo, Legislativo e Judiciário com o intuito de montar um Estado mais forte. O General Castello Branco, primeiro presidente do regime militar, cria a CGI (Comissão Geral de Investigações), com o objetivo de coordenar as atividades de inquéritos policiais militares em todo o país. Também é criado o SNI (Serviço Nacional de Informações) com poder misterioso e crescimento vertiginoso.³⁶ Castello Branco ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional e decretou a Lei de Imprensa Restritiva.³⁷

De fato, os órgãos de informações e repressão da ditadura formavam o tripé repressivo: censura, vigilância e repressão. Com o governo de Costa e Silva a partir de 1967, o país ganha uma nova Constituição, a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa.

Com Castello Branco é idealizado um projeto que vem desde 1950 da Escola Superior de Guerra, conhecido como Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Esta escola criou a ideologia oficial do regime militar: a montagem do aparelho repressivo com suas Leis estava consolidada. Arns (2011) afirma:

A concepção doutrinária que se erigiu em ideologia oficial das Forças Armadas, após 1964, voltada para a caça ao “inimigo interno”, impôs remodelações profundas na estrutura do sistema de segurança do Estado. Uma delas foi a hipertrofia, o gigantismo, a contínua proliferação de órgãos e regulamentos de segurança. Outra foi a atribuição de enorme autonomia aos organismos criados. No princípio da década de 1970, já se chegava a falar na existência de um verdadeiro Estado dentro do Estado.³⁸

Lamentavelmente, a justificativa para tanto era a luta contra o inimigo interno que vivia entre o povo brasileiro.

³⁶ ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 2011. pp. 64-67.

³⁷ FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.p.72.

³⁸ ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 79.

Em abril de 1964, cria-se o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), instrumento para reforçar as Forças Armadas à nova doutrina de segurança contra a guerrilha revolucionária. Desta forma, as Forças Armadas se fortaleciam contra a toda forma de revolta popular no tocante ao regime implantado³⁹. De forma significativa, houve um crescimento na integração entre os organismos repressivos ligados às Forças Armadas, Polícia Federal e polícias estaduais para um melhor controle das ações repressivas. Desta integração surge a Operação Bandeirantes (OBAN), com sede em São Paulo. Tal estrutura com os seus métodos repressivos contra a subversão, levou à implantação a nível nacional de organismos oficiais, denominados DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna). Vale ressaltar que este organismo é produto do AI-5, passando a ser considerado símbolo de repressão e tortura na ditadura. É importante destacar que

A doutrina de Segurança Nacional projetou leis e regras sobre todos os setores da vida da nação e, até mesmo, fora dela. No Conselho de Segurança Nacional, entidade máxima do regime, são traçados os “Objetivos Nacionais Permanentes” e as “bases para a política nacional”. De acordo com esses objetivos, são editados decretos e decretos-leis, são apresentados ao Parlamento projetos de lei e emendas constitucionais e, quando necessário, são editados até mesmo os “decretos secretos”, como aconteceu a partir do Governo Médici.⁴⁰

Contudo, a Lei de Segurança Nacional (LSN), que mantém os critérios da Doutrina de Segurança Nacional, é contraditória, pois, ora agia a favor dos interesses do Estado autoritário, ora agia pela Ordem Jurídica e da democracia:

Mesmo em sua última versão criada para os tempos de “abertura política”, a LSN faculta à autoridade policial política um campo de arbítrio incomensurável, expondo o cidadão brasileiro à mais completa insegurança. Com ela, o regime manteve uma ferramenta para dissuasão e repressão a seus adversários e impingiu autoritariamente à nação uma ideologia que, além de importada, significa, em última análise, uma tentativa de perpetuação de estruturas sociais injustas.⁴¹

Percebe-se, portanto, que a Lei de Segurança Nacional foi uma ferramenta legal para praticar toda a forma de violência com base em estruturas sociais injustas.

³⁹Ibidem. p. 80.

⁴⁰ Ibidem. p. 83.

⁴¹ Ibidem. p. 84.

CAPÍTULO 2 - UM BREVE HISTÓRICO DA DITADURA MILITAR E A IGREJA CATÓLICA EM FLORIANÓPOLIS (1964 – 1985)

2.1 Igreja Católica em Santa Catarina

A Diocese de Florianópolis foi fundada em 1908.⁴² Dom João Becker foi o primeiro bispo de Florianópolis. A história da Igreja Católica em Santa Catarina, com foco em Desterro/Florianópolis, Laguna e Lages, abrange o período de 1889 e 1920, com a Igreja representada pelas ordens e congregações religiosas estrangeiras. A população formada por grande número de luso-brasileiros, onde estes se relacionavam com o sagrado por meio de santos e santas, benzeduras, romarias e festas. O leigo se destacava nas práticas religiosas através do catolicismo popular e manifestações culturais. Entra o processo de romanização, ou seja, o chamado catolicismo de cunho popular se caracteriza pela singularidade das relações com o sagrado, permeado pelo hibridismo e presença de leigos. Já o catolicismo romanizado tem a sua evidência vinculada à sede romana. Entretanto, o catolicismo tradicional é familiar, leigo, luso-brasileiro e medieval, enquanto o catolicismo romanizado é romano, clerical, tridentino, individual e sacramental.⁴³

A história de Desterro/Florianópolis está associada à da Igreja Católica. A Igreja que se diz independente, sempre esteve ligada aos interesses do Estado por meio do padroado. Nas palavras do Bispo João Becker, a “Igreja é uma sociedade desigual, em que uns ensinam e outros ouvem, estes mandam e aqueles obedecem”.⁴⁴ Ou seja, poucos mandam e muitos obedecem.

Nossa Senhora do Desterro foi ícone de devoção do bandeirante paulista Francisco Dias Velho, iniciando como póvoa, vila e cidade até o ano de 1894 e, posteriormente, por convicções políticas, o nome foi alterado para Florianópolis em homenagem a Floriano Peixoto, o qual lutou na política de consolidação do regime republicano. Em 1894, a mando de Floriano Peixoto, o coronel Moreira Cesar ordenou o fuzilamento de centenas de pessoas na fortaleza de Anhatomirim, por fazerem oposição ao regime republicano.

⁴²SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1997.p.15-16.

⁴³SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarice. *Faces do Catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008. 376.p. 162.

⁴⁴SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1997.p.41.

No ano de 1977, a Arquidiocese de Florianópolis comemorou o seu cinquentenário, tendo à sua frente Dom Afonso Niehues.⁴⁵ Em 1965, com a morte de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, Niehues passa ao grau de Arcebispo-Coadjuvante de Florianópolis, e posteriormente assume a Sé florianopolitana, em maio de 1967. No seu governo, a ação apostólica é intensa, com destaque para a criação de 18 paróquias, um curalto, e a instalação do Instituto Teológico de Santa Catarina.

Em relação à política, é importante ressaltar que nos períodos imperiais e republicanos, os sacerdotes participavam da política nas províncias. Esta situação era proveniente da falta de lideranças locais tanto cultural quanto econômica. O clero e a política no Brasil sempre estiveram juntos, e em Santa Catarina não foi diferente.

Ao falar da Igreja em Santa Catarina devemos destacar a figura do já citado Dom Afonso Niehues, diante da Arquidiocese de Florianópolis, que teve atuação silenciosa e firme agindo com discrição e bom relacionamento com civis e militares durante o período militar. Empenhou-se na libertação de presos políticos sem discriminações ideológicas.⁴⁶ Dom Afonso foi muito atuante em relação aos presos políticos em Santa Catarina; foi silencioso, mas não omissivo. Aos jornalistas afirmava, sem reservas, que apoiava as posições da Conferência dos Bispos. Apoiou as greves dos funcionários públicos e as greves dos metalúrgicos no ABC paulista em 1979. A sua situação atuante não contrariava a linha adotada pela CNBB e pelo CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano), em favor da liberdade e direitos humanos. Dom Afonso amava o Clero, chamado os padres de “meus padres”. Promovia sempre cursos de formação e atualização, e lamentava que nem sempre o Clero aproveitava a oportunidade de formação permanente. De suas muitas ações, uma, sob orientação do papa Dom João VI, na *Populorum Progressio*, concretizada pela CNBB, Dom Afonso cria na Arquidiocese de Florianópolis a Comissão Justiça e Paz em 1974, juntamente ao advogado Gabriel Antônio Pereira. Antes disso, na Universidade Federal de Santa Catarina, em agosto de 1968, inaugura a 1ª Semana de Justiça e Paz.

⁴⁵F. PIAZZA, Walter. *A Igreja em Santa Catarina*. Notas para sua história. Florianópolis: loesc, 1977.p.196.

⁴⁶BESSEN, Pe. José Artulino. *História na Igreja em Santa Catarina*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2014. 240. pp. 173-174.

Enfatizando as muitas qualidades de Dom Afonso durante o seu episcopado, é possível citar que ele não foi radical, foi, acima de tudo, um homem prudente, em que agia com diplomacia com os irmãos no Episcopado, e decisivo na unidade com os Bispos da Província Eclesiástica de Santa Catarina. Após anos de dedicação à igreja, Dom Afonso Niehues renuncia em agosto de 1989, aos 75 anos. Em 23 de janeiro de 1991, o papa João Paulo II aceitou o seu pedido de renúncia e nomeia seu sucessor na pessoa de Dom Eusébio Oscar Scheid, que assume o posto em março de 1991.⁴⁷

2.2 Operação Barriga Verde

A Operação Barriga Verde foi a principal intervenção militar em Santa Catarina durante a ditadura. Os prisioneiros eram levados para Curitiba e depois trazidos de volta à Colônia Penal Urbano Salles, no Norte da Ilha de Florianópolis, em Canasvieiras. Conforme Martins (2006),

As prisões iniciaram-se dia 4 de novembro pela manhã. Antes disso alguns estávamos sendo seguidos [?]. Falei prisões, mas [?] foram sequestros. Sem qualquer ordem de prisão ou aviso aos familiares. As nossas casas foram invadidas ilegalmente. Foram retirados sem ordem, livros, objetos de uso pessoal, não só dos que estavam nas mãos da repressão, mas também dos familiares. (FILHO, 1975, apud MARTINS, 2006, pp. 19).⁴⁸

Criou-se uma luta entre os defensores da “pátria, da liberdade e do cristianismo”, contra o inimigo “comunista e totalitário”, feito pela ideologia de Segurança Nacional e difundido pelos meios de comunicação.

Após o AI-5, em dezembro de 1968, a repressão aumentou contra os opositores do regime. Primeiramente, contra os grupos armados; posteriormente, contra os militantes do Partido Comunista (PC). Apesar dos militantes do Partido Comunista atuar na clandestinidade, continuavam agindo dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e dentro de instituições políticas, como sindicatos e movimentos estudantis, com destaque para o já citado jornalista Vladimir Herzog.⁴⁹

Com o intuito de combater a militância comunista, organizada e espalhada pelo país, a partir de 1973 o governo militar vigente inicia a Operação Radar, com

⁴⁷ Ibidem, p.174.

⁴⁸ MARTINS, Celso. *Os Quatro Cantos do Sol: Operação Barriga Verde*. Florianópolis: Edufsc e Fundação Boiteux, 2006.

⁴⁹ SOUZA, Eliton Felipe de. *Memórias da Operação Barriga Verde: a caça aos comunistas em Santa Catarina*. Disponível em: <revistaperseu.fpabramo.org.br › index.php › revista-perseu › article › view>.

foco na destruição do comando central do Partido Comunista do Brasil (PCB), nos estados onde o partido estivesse mais organizado. Esta operação foi uma ofensiva sob o comando do Centro de Informações do Exército (CIE), articulada com o DOI-CODI de todo o país. Em Santa Catarina, recebeu o nome de Operação Barriga Verde.

O início da Operação Barriga Verde em Santa Catarina provocou ansiedade entre os militantes do Partido Comunista. Martins (2006) afirma que

Os dias que antecederam o 4 de novembro de 1975 foram de muita angústia para os militantes do PCB em Santa Catarina, especialmente em Florianópolis, onde se concentrava a direção estadual. Dominava a sensação de que o pior havia passado. Se ocorressem prisões, seriam passageiras. A morte do Jornalista Vladimir Herzog em São Paulo, no dia 25 de outubro daquele ano, havia provocado uma forte reação da opinião pública. As quedas de dirigentes iniciadas no ano anterior, a descoberta das gráficas do Partido no Rio de Janeiro e em São Paulo, desencadeando uma onda de prisões, haviam passado.⁵⁰

Sem dúvida, um caso de grande repercussão desencadeada durante a Operação Barriga Verde, foi a morte do jornalista Vladimir Herzog, em São Paulo, nas dependências do DOI-CODI. Acusado de possíveis ligações com o Partido Comunista do Brasil (PCB), Herzog morreu enforcado. Segundo a versão oficial, teria cometido suicídio com o próprio cinto do macacão de preso que vestia desde sua entrada no quartel do Exército. A morte por suicídio não se confirmou após depoimento de médicos legistas, prestadas na ação judicial movida pela família.⁵¹ Esta ação responsabilizou a União pela prisão, tortura e morte de Herzog, segundo o grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro.⁵²

No dia 31 de outubro de 1975⁵³, o arcebispo emérito de São Paulo, cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, realizou um culto ecumênico em memória do jornalista Vladimir Herzog, na praça da Sé, região central de São Paulo. O culto, que reuniu cerca de 8000 pessoas, se transformou na maior manifestação pública de repúdio à Ditadura Militar desde 1964. Esse ânimo que se espalhou pelo país, atingiu os comunistas catarinenses, que consideraram uma vitória na luta contra a ditadura.

⁵⁰MARTINS, Celso. *Os Quatro Cantos do Sol: Operação Barriga Verde*. Florianópolis: Edufsc e Fundação Boiteux, 2006.p.41.

⁵¹ Ibidem. p.44.

⁵² Ibidem. p.45.

⁵³HERZOG, do Jornalista Vladimir. *Homenagem de dom Paulo a Herzog foi o maior ato contra a...* Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/homenagem-de-dom-paulo-a-herzog-foi..>>.

Fato é que o regime, pela primeira vez, teve de dar explicações da morte de uma pessoa, um militante de base do Partido Comunista do Brasil.

É importante evidenciar que no ano de 1974⁵⁴, a ditadura militar sofreu uma derrota eleitoral significativa, causando desdobramentos posteriores. O partido do governo, Aliança Renovadora Nacional (ARENA), saiu prejudicado no pleito e os comunistas foram apontados como os responsáveis pela derrota. Depois das eleições, em janeiro de 1975, duas gráficas clandestinas responsáveis pela edição do jornal do partido Comunista Brasileiro(PCB), são descobertas pelos agentes do DOI-CODI, sendo que uma gráfica ficava no Rio de Janeiro, no subterrâneo de uma casa no subúrbio de Campo Grande, e outra numa casa localizada no bairro Casa Verde, subúrbio da cidade de São Paulo. No mesmo local também era editado os materiais de campanha dos candidatos da oposição consentida, partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Estes acontecimentos serviram de pretexto para o regime vigente denunciar que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) seria um anteparo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), gerando argumento importante para manter intacto e atuante o aparelho repressivo, assustando os segmentos sociais que apoiavam a ditadura, justificando que os comunistas continuavam a atuar mais perigosamente que antes através do MDB.

Neste ínterim, a morte do jornalista Vladimir Herzog causou grande repercussão e forte reação em diversos setores sociais. A forma como ocorreu a morte e reprovação de amigos e familiares da tese de suicídio pelos órgãos de segurança, causou transtornos às autoridades estabelecidas no tocante ao tema dos direitos humanos e da prática cotidiana de torturas pelo Estado no Brasil.

De fato, os comunistas naquele momento não formavam um grupo ajustado.⁵⁵ Muito antes de 1964, disputas na esquerda e particularmente no PCB, geraram uma grande quantidade de grupos que após a implantação da ditadura, seguiram trajetórias próprias na clandestinidade, considerados como os principais inimigos do regime militar. Diversos seguimentos da esquerda foram tratados como comunistas e perseguidos, primeiramente, em virtude da atuação das guerrilhas urbanas e rurais instaladas pelas organizações que adotaram a via da luta armada para enfrentar a

⁵⁴BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Histórias na ditadura Santa Catarina (1964 - 1985)*. Florianópolis: UFSC, 2014. p.297.

⁵⁵ Ibidem. p.297 – 298.

ditadura com o intuito de chegar ao poder, pois para vários grupos, era viável a perspectiva de processos revolucionários inspirados na Revolução Cubana. Entretanto, a maior parte dos dirigentes do PCB, tanto no Brasil quanto no exterior, optaram pela via pacífica. No entanto, após o governo ter destruído todas as guerrilhas urbanas e rurais, restava o pacífico Partido Comunista a ser combatido.

Por fim, as prisões feitas pela Operação Barriga Verde em Santa Catarina serviram para desarticular o Partido Comunista do Brasil, com isso garantindo os privilégios da direita e dos herdeiros da ditadura, onde os réus foram introduzidos num emaranhado estatal jurídico criado para legitimar um regime que pretendia se estabelecer legalmente constituído.

2.3 Igreja Católica, política e a ditadura em Florianópolis

A Igreja Católica tem como missão maior divulgar os direitos divinos aqui na Terra e assegurar a justiça e a igualdade entre os homens. Ela se destaca na defesa dos princípios de justiça, dos direitos humanos e nas lutas sociais e políticas. No contexto político, a Igreja Católica em Santa Catarina e, especialmente em Florianópolis, sempre foi atuante juntamente com a elite, classe dominante com forte influência no meio político. No período militar, não foi diferente do restante do Brasil, pois apoiou o Golpe de Estado, e em seguida, repudiou os atos de repressão praticados pelos militares a todos que eram contra o governo.

Merece destaque o tom do discurso da Igreja Católica em Santa Catarina no tocante à legitimação do golpe. A Cúria Metropolitana de Florianópolis entrou em ação com participação ativa no movimento golpista, divulgando nota no jornal “O Estado”, dando “graças divinas em favor do golpe militar”. A Arquidiocese, na pessoa do Bispo metropolitano Dom Joaquim Domingues de Oliveira (1914-1967), divulgou nota aos diocesanos e cristãos de Santa Catarina sobre a situação do país naquele momento, pedindo que todos “preservassem a ordem”. Houve incentivos à Marcha da Família com Deus na Luta pela Liberdade para todos os católicos participarem do movimento. É importante ressaltar que a Igreja apoiou e festejou o movimento contrarrevolucionário, caracterizando o golpe como símbolo da vitória contra o comunismo.⁵⁶

⁵⁶SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarice. *Faces do Catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.p. 234.

A nível nacional, a CNBB, em razão da desordem social e a ameaça comunista, apoiou o Golpe. Esse apoio era restrito, pois a Igreja apoiava a ação militar, mas não apoiava os arbítrios dos novos governantes, onde os direitos humanos foram desrespeitados pelos militares:

Nesse sentido, pode-se considerar que sob a bandeira do anticomunismo e da defesa de uma ordem cristã, a Igreja em Santa Catarina, caracterizou-se como uma instituição importante e atuante no palco dos acontecimentos que marcaram o País durante o período de 1960 – 1964, contribuindo de forma decisiva na construção e deflagração do Golpe de Estado de 31 de março de 1964.⁵⁷

O Golpe se iniciou a partir de um processo com consistência desde 1961, focado no anticomunismo como elo através de uma ação coordenada pelos discursos da elite golpista e da Igreja. Este processo representou a execução de um projeto católico-civil, costurado com êxito pelas forças militares, que se colocava como apaziguador dos dilemas que atormentavam as elites e a Igreja Católica conservadora.⁵⁸

O regime militar em Santa Catarina teve pontos de apoio notórios com seus mecanismos de controle político e de gestão econômica que tiveram ressonância entre políticos e empresários. Além disso, a oposição começou a ganhar espaço de atuação na segunda metade da década de 1970, sendo que os apoiadores da ditadura mantiveram posição acima nas eleições e no controle sobre o aparelho do Estado, ao longo e depois do processo de abertura e redemocratização. Em Santa Catarina, o controle sobre o aparelho de Estado e relações com a sociedade foi através de políticas de distribuição de favores, privilégios, recursos e subsídios, que além das opções governamentais, que continuou fazendo parte do jogo político brasileiro depois de 1985.⁵⁹

A Igreja Católica em Florianópolis, no que tange à Ditadura Militar, colocou em ação dois grupos: Ação Popular (AP) e Ação Católica (AC), grupos militantes contrários à ditadura militar que atuavam na proteção de militantes que sofriam

⁵⁷ Ibidem, p.238.

⁵⁸ Ibidem, p.238.

⁵⁹ BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Histórias na ditadura Santa Catarina (1964 - 1985)*. Florianópolis: UFSC, 2014. p.14.

perseguições dos agentes do regime. Esta atitude adotada pela Igreja Católica em Florianópolis não foi diferente do que ocorria no restante do país.⁶⁰

Conforme a história oficial, a Igreja Católica em Florianópolis apoiou o regime militar. Contudo, merece atenção a ação do Arcebispo Dom Afonso Nihues (1967 – 1991), que foi um grande protetor de perseguidos pelo regime militar, e um clérigo que se valeu do seu cargo na alta hierarquia da Igreja para defender a vida das pessoas que buscavam auxílio.⁶¹ Os perseguidos pelo regime militar em Santa Catarina, apontam Nihues como uma pessoa fundamental na defesa de muitas vidas ameaçadas pelo Sistema de Segurança Nacional.⁶² Também é importante ressaltar que Nihues fazia parte de uma rede de comunicação direta com os integrantes da Ação Popular em Santa Catarina e, além disso, tinha uma boa relação com a sociedade tradicional de Florianópolis.⁶³

Merecem destaque os arquivos da Cúria Metropolitana de Florianópolis. Estes arquivos são compostos por pastas numeradas, nas quais se contêm inúmeros documentos, como: correspondências, mensagens, notas de jornais, manuscritos. Entre estes arquivos, há a mensagem do Monsenhor Frederico Hobold, Vigário Geral, no dia 23 de março de 1964, em que faz um apelo para após a procissão do Senhor morto, na Sexta-feira Santa: “Que Deus proteja as liberdades públicas, dentro do regime democrático na livre e observância da lei de Deus.”⁶⁴ Esta mensagem seria um prelúdio do que viria acontecer depois, no dia 31 de março de 1964? No dia 1º de abril de 1964, Monsenhor Hobold divulga a seguinte nota no jornal “O Estado”:

Neste momento de responsabilidade que atravessa a Nação, a Cúria Metropolitana faz público para que os nobres objetivos de respeito ao regime e ao sentimento democráticos e cristãos do povo brasileiro, se alcancem com o conagraçamento de todos e sem derramamento de sangue.⁶⁵

É de grande relevância a fala do Monsenhor para a conscientização do povo sobre a responsabilidade de cada um: cooperação sem reação, sem oposição, onde o apoio da Igreja ao regime é explícito.

⁶⁰BIANCHEZZI, Clarice. *Dom Afonso Nihues: memórias sobre seu auxílio aos militantes sociais perseguidos pelo regime civil-militar em Santa Catarina*. Revista Encontros Teológicos, Florianópolis, n. 68, p.180.

⁶¹ Ibidem, p.186.

⁶² Ibidem, p.189.

⁶³ Ibidem, p.190.

⁶⁴Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis. Pasta nº 84.

⁶⁵ Ibidem, pasta 84.

No dia 1º de abril de 1971, o jornal “O Estado”⁶⁶ divulga a seguinte manchete: “Povo e autoridades festejam a revolução.” Celebra-se missa de ação de graças na Catedral Metropolitana, alusiva à passagem do 7º aniversário do Golpe de 31 de março de 1964. Houve ações cívico-sociais nas localidades rurais da Ilha e do continente, levando assistência médica e dentária a comunidades pobres com a participação de estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina e das Forças Armadas. Chama atenção na nota do jornal a descrição do termo “revolução” e a atuação conjunta dos estudantes e Forças Armadas no evento.

Frente ao regime, Dom Afonso Niehues escreve em carta datada em 4 de julho de 1973 a Dom Fernando Gomes, Arcebispo Metropolitano de Goiânia, em resposta à cópia de reflexão recebida por este em relação a situação da Igreja no Brasil. Dom Afonso afirma:

Por todas as ponderações feitas nesse documento percebe-se com nitidez a extensão e profundidade do problema que envolve o povo brasileiro, na maioria os mesmos que integram a Igreja de Cristo, face ao regime vigente em nosso País. A confusão reinante em outros Países da América do Sul aumenta minha incerteza. Tenho a impressão de que os dirigentes Sul-americanos ainda não encontraram o tipo de regime adequado à realidade de suas respectivas Nações.⁶⁷

É nítida a preocupação dos dirigentes da Igreja Católica em relação ao povo com o regime vigente no país, e com os países vizinhos onde os regimes militares se propagam. As relações entre Igreja e as políticas de Estado é conflitante.

Em entrevista ao jornal “O Estado”⁶⁸, no dia 25 de maio de 1976, Dom Afonso Niehues fala sobre as torturas ocorridas em Santa Catarina, mais precisamente na delegacia de furtos e roubos localizada no bairro do Estreito, com denúncias de desrespeito humano. Ele reitera que a comunicação da CNBB não está sujeita a censura prévia, e defende os direitos humanos de presos políticos.

Na edição de “O Estado”⁶⁹ de 4 de julho do mesmo ano, demonstrando preocupação com o desempenho das eleições, Dom Afonso Niehues divulga nota, em que elabora manual de orientação político-eleitoral para ser divulgado em todo o Estado, como votar nas próximas eleições, seguindo exemplo de algumas Arquidioceses do Nordeste brasileiro.

⁶⁶ Ibidem, pasta 85.

⁶⁷ Ibidem, pasta 80.

⁶⁸ Ibidem, pasta 84.

⁶⁹ Ibidem, pasta 84.

Ainda com foco na política, Monsenhor Valentim Loch, divulga nota explicativa no mesmo jornal, “O Estado”, de 17 de julho de 1976, “Manifesto da Arquidiocese de Florianópolis”. Ele descreve o embate Igreja e política, rebatendo o que é comumente dito, de que a Igreja não deve se envolver com política:

A Igreja é de todos; seus fiéis tanto pertencem à ARENA como ao MDB; os dois partidos têm direitos iguais. A Igreja não vai favorecer a nenhum dos dois partidos ou candidatos. Ela, porém, têm muito a haver com a atividade política, pois o Evangelho joga luz nova sobre todas as atividades dos homens. Nenhuma atividade está fora do julgamento de Deus. A política é uma das formas mais poderosas de ação dos homens. Facilmente se torna em benefício de uns poucos, ou de uma classe social, prejudicando uma multidão de gente que não é valorizada como pessoa humana. É tarefa específica do poder político fazer o bem comum a todos, sem excluir ninguém.⁷⁰

Em outro momento, Dom Afonso Niehues escreve para a senhora Margarida Grevois, secretária da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, no dia 27 de abril de 1977.⁷¹ Ele pede à secretária que interceda a favor de presos políticos de Santa Catarina que estão sofrendo nas prisões de São Paulo, pedindo agilidade dos julgamentos, pois os presos estavam fazendo greve de fome. Aqui, Dom Afonso demonstra a sua compaixão pelos que sofrem pelas arbitrariedades do regime vigente no país.

Nesse clima de instabilidade política, vale ressaltar a entrevista de Dom Afonso Niehues ao jornal “O Estado”, no dia 28 de agosto de 1977.⁷² Ele afirma que é a favor de um presidente civil no comando, pois um presidente militar traz consigo a conotação do regime de exceção; é a favor de eleições diretas porque faz o povo sentir a sua participação e responsabilidade na escolha do presidente; que o sistema de escolha do presidente não é democrático, e o atual processo gera anormalidades no regime.

Em relação ao governo do regime militar, Dom Afonso vê clima favorável à democracia. Na edição de 02 de outubro de 1977, novamente ao jornal “O Estado”⁷³, Niehues considera a posição positiva à iniciativa do governo em ouvir os anseios da Nação, a situação política está mudando no país; está confiante na missão do senador Petrônio Portela em colher dados para um encaminhamento desse objetivo; mostra-se favorável ao diálogo que o governo propõe a fazer com a

⁷⁰ Ibidem, pasta 84.

⁷¹ Ibidem, pasta 80.

⁷² Ibidem, pasta 84.

⁷³ Ibidem, pasta 84.

Igreja, e que também há bons ventos a favor do retorno à liberdade e autonomia dos três poderes.

Em 03 de dezembro de 1977⁷⁴, Dom Afonso concede entrevista ao jornal “O Estado”, que apresenta pregação da Igreja coroada com discurso de Geisel. Após análise do discurso do presidente Geisel dirigida aos arenistas em Brasília, Dom Afonso diz o seguinte: “elas representam um passo em frente na linha de pregação da igreja”. Conclui-se, portanto, que a Igreja admite o regime de exceção, contanto que não se prolonguem indefinidamente.

Agindo mais uma vez à frente da Igreja, Dom Afonso Niehues envia carta à Comissão Justiça e Paz, em 12 de outubro de 1978, em como proceder em relação à política partidária:

Há poucos dias constatei, com surpresa, que o nome da Comissão Justiça e Paz, a qual tanto prezamos, está sendo divulgado pela televisão, em estreita ligação com a propaganda eleitoral de um partido político. Este fato está dando ao público a imagem de uma Comissão político-partidária. Pessoas isentas de qualquer preconceito e bem-intencionadas me têm advertido sobre esse inconveniente. Pode acontecer que, eventualmente, o programa de um partido esteja mais afinado com a filosofia social da Igreja, mas em hipótese alguma a Igreja se prende a essa ou aquela agremiação política. Sua missão é universal, livre e autônoma.⁷⁵

Percebe-se que ele pede um reexame da posição e das convicções de cada membro da Comissão, para que este possa ajustar-se às condições pela sua natureza e seus objetivos.

É digno de registrar aqui a atitude de Dom Afonso Niehues, ao escrever para o presidente João Batista Figueredo, carta datada em 26 de dezembro de 1979. Ele pede ao presidente para libertar os estudantes presos em atos de protestos assim designados:

Presos e inqueridos por suspeição de terem participado, além dos limites cabíveis do chamado “episódios de Florianópolis”, de desagradável memória, ocorrido no último dia 30 de novembro. Os livre do enquadramento da lei de Segurança Nacional. Elas desejam contar com a compreensão e generosidade de V. EXCIA.⁷⁶

Estes protestos ficaram conhecidos posteriormente como a Novembrada. O confronto político e as prisões dos estudantes repercutiram em vários estados, principalmente Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. A Arquidiocese de Florianópolis

⁷⁴ Ibidem, pasta 84.

⁷⁵ Ibidem, pasta 80.

⁷⁶ Ibidem, pasta 80.

se incorporou ao movimento universitário através da Pastoral da Juventude, e condenou os episódios quando da vinda do General João Batista Figueiredo a Florianópolis através de nota de repúdio.

Mostrando-se preocupado com as eleições de 1982, Dom Afonso divulga nota no jornal “O Estado”⁷⁷, em 20 de dezembro de 1981. Ele esclarece que a exemplo do que vem ocorrendo em todo o Brasil, a Igreja Católica em Santa Catarina divulga um folheto intitulado “Educação política”, com esclarecimentos sobre as eleições de 1982, destacando os pontos mais importantes dos programas de todos os partidos políticos. Esta iniciativa se aplica por enquanto à Arquidiocese de Florianópolis. Segundo Dom Afonso, a posição da Igreja é de não se intrometer na atividade político-partidária, “mas orientar os cristãos sobre seus deveres cívicos, entre os quais estão as partes relativas a saber votar e julgar as melhores opções.” Vale salientar que todas estas orientações fazem parte dos 28 tópicos do documento “a Igreja em Santa Catarina e a Conjuntura Social-Política.” De acordo com o documento de Urussanga temos o seguinte: a “Igreja não é apolítica: Ela sabe que um pretense apoliticismo significa, na prática, uma atitude de política de anuência tácita a uma determinada configuração do poder político, qualquer que ele seja.” Na verdade, quando a Igreja faz a opção por ajudar os pobres e desassistidos, está fazendo uma clara opção política.

Em entrevista para o jornal “A Ponte”, em 05 de maio de 1982, Dom Afonso afirma que “os sacerdotes devem abster-se de fazer política partidária”. Ele enfatiza que o padre, como cidadão, deve se interessar pelo bem comum. Na condição de sacerdote, deve se afastar da política partidária. Entende-se que o padre nesse contexto, não deve favorecer nenhum partido, ou seja, ele deve incentivar o cidadão a participar da política escolhendo o melhor representante para a comunidade. Dando sequência à entrevista, ele é questionado a respeito das seguintes perguntas: “O que mudou depois de 1964 na Igreja? Por que ela apoiou a Revolução de março de 1964, e hoje está contra? O que fez que ela mudasse de posição?”. Dom Afonso responde:

A Igreja buscou, naquela época aquilo que lhe parecia ser a solução para uma situação inegavelmente caótica e ameaçadora. A evolução dos fatos, no entanto, exigiu da Igreja que se mantivesse fiel ao seu espírito crítico e à necessária denúncia de arbítrios ou injustiças.⁷⁸

⁷⁷ Ibidem, pasta 177.

⁷⁸ Ibidem, pasta 177.

Realmente, em um primeiro momento a Igreja foi favorável à intervenção militar, denunciando posteriormente as arbitrariedades do regime contra a todos que praticassem oposição, prendendo, torturando e executando. Ela provou nas suas entranhas os arbítrios através dos seus representantes.

Prosseguindo com a entrevista, ele é questionado: “por que a Igreja interfere tanto na política, enquanto as outras religiões não interferem?”. Segundo Dom Afonso, é devido ao grande número de fieis. São cidadãos, a Igreja só pode influir na política através da formação das consciências para o caminho da realização antes apontado. De fato, a Igreja Católica é uma instituição milenar, que quase sempre esteve ao lado de governantes, seja a favor ou contra, na defesa dos seus interesses.

Notadamente, há uma nota de Dom Afonso no jornal “O Estado”, quando o presidente Tancredo Neves falece. A nota é publicada no dia 23 de abril de 1985, em que ele pede que ideias da Nova República permaneçam e que

Pelo símbolo de mudanças que representou o presidente Tancredo Neves e pela união que conseguiu de todo o povo brasileiro nos mesmos sentimentos de esperanças, e pelas suas convicções cristãs e católicas, a Arquidiocese de Florianópolis lamenta profundamente a morte do nosso presidente eleito e se associa ao luto geral da nação, pedindo a Deus que lhe dê aquele descanso e aquela paz para a qual, segundo sua previsão durante sua campanha, ele teria bastante tempo depois. Pedimos também a Deus que seus ideais de fazer do Brasil uma Pátria honrada, digna e respeitada, permaneçam de pé e sejam postas em prática por todos aqueles que agora ficam com as responsabilidades políticas e cívicas neste momento histórico do nosso país.⁷⁹

De fato, este trecho faz jus ao que foi Tancredo Neves: o primeiro presidente civil eleito, apesar de ter sido de forma indireta, por um colégio eleitoral e que sucedeu a João Batista Figueiredo, o último presidente militar. No entanto, faleceu em 21 de abril de 1985 sem tomar posse. Ele era a esperança de mudança tanto para a Igreja, como para o povo, depois de 21 anos de governo militar.

2.4 A Comissão Estadual da Verdade em Santa Catarina

O nome da Comissão homenageia Paulo Stuart Wright, deputado catarinense desaparecido durante o regime ditatorial. A Comissão Estadual da Verdade de Santa

⁷⁹ Ibidem, pasta 177.

Catarina foi criada através do Decreto Governamental nº1415, de 01 de março de 2013, e sua instalação ocorreu em 03 de junho do mesmo ano. A Lei nº 16183, de 05 de dezembro de 2013 convalidou os atos praticados por esta Lei:⁸⁰

O Coletivo Catarinense Memória, Verdade, Justiça solicitou audiência com o Secretário da Casa Civil Nelson Antonio Serpa e sugeriu que a composição fosse escolhida entre membros do Tribunal de Justiça, Procuradoria de Estado, Ordem dos Advogados do Brasil, Assembleia Legislativa e Sociedade Civil. Em seguida teve audiência com o Presidente da OAB – Tullo Cavalazzi explicando a importância da Comissão e esperando o apoio irrestrito da Ordem. Para surpresa de vários membros do COLETIVO o governo aceitou as sugestões; as instituições encaminharam os nomes, em seguida nomeadas pelo governo do estado.⁸¹

A metodologia adotada pela Comissão Estadual da Verdade, em Santa Catarina, para apuração das lesões aos direitos humanos, foi pesquisa documental, depoimento pessoal e perícia técnica. A Comissão funcionou nas dependências da Assembleia Legislativa em Florianópolis, a qual deu suporte necessário para gravação das audiências.

No período da ditadura militar, de 1964 a 1985, o Estado de Santa Catarina foi governado por: Celso Ramos, Ivo Silveira, Colombo Machado Salles, Antônio Carlos Konder Reis, Henrique Córdova e Espiridião Amin. Todos receberam apoio e apoiaram os governos ditatoriais.

Num intervalo de 18 meses de trabalho contínuo, a Comissão Estadual da Verdade percorreu o Estado. A Comissão mapeou o estado identificando vítimas e locais onde as prisões ocorreram. Foi realizada a recuperação de documentos dos inquéritos policiais militares que se encontravam na biblioteca da Ordem dos Advogados do Brasil, e os processos da lei de Anistia estadual nº10719/98, no Arquivo da Secretaria de Justiça e Cidadania.

Destaque para os depoimentos e pesquisas feitas em Santa Catarina, junto aos documentos que a Comissão teve acesso, constatou-se que boa parte da chamada grave lesão, caracterizada pela tortura física, não aconteceu em território catarinense. As prisões irregulares eram feitas em Santa Catarina, e os presos eram levados para Curitiba (PR) para serem interrogados na 5ª Região Militar, a qual o

⁸⁰WRIGTH, Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart. *Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart*. Capítulos 1 - 27.

⁸¹LUCAS, Derlei de. *A Busca da Verdade*. ANPUH/SC.

Estado estava subordinado. A maior parte das torturas ocorriam no estado do Paraná, o que não isenta o estado catarinense da responsabilidade pelos atos.

O único registro de morte em Santa Catarina investigado a pedido da Comissão Estadual da Verdade, foi a morte do ex-prefeito de Balneário Camboriú, Higino João Pio, confirmada pela perícia realizada pela Comissão Nacional da Verdade. De acordo com os dados oficiais, o ex-prefeito foi encontrado morto nas dependências da Escola de Aprendizes de Marinheiro de Santa Catarina. Conforme perícia da Comissão da Verdade, foi constatado que o mesmo foi assassinado, provavelmente pelas forças de Segurança Nacional.

Convêm aqui assinalar os órgãos existentes no Estado que participaram da repressão: Secretaria de Segurança Pública; Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS); 5º Distrito Naval; Polícia Militar do Estado de Santa Catarina; Delegacia de Polícia Federal; Hospital da Polícia Militar; Escola de Aprendizes de Marinheiros em Santa Catarina; 5º Batalhão de Engenharia de Combate – Porto União e Ministério do Exército.⁸² Também tivemos as seguintes organizações que apoiaram o esquema repressivo: Fundação Tupy (Joinville); Associação das Mulheres de Deus, Pátria e Família; Segmentos da Igreja Católica (não citados pelo relatório da Comissão da Verdade); Assembleia Legislativa de Santa Catarina; Governo do Estado de Santa Catarina, e Tradição, Família e Propriedade (TFP).

É citado também pela Comissão da Verdade maus tratos, torturas e açoitamento de camponeses integrantes do Grupo dos Onze em Joaçaba, Catanduva e Oeste catarinense. Houve também maus tratos de presos políticos nas dependências da polícia federal de Santa Catarina no bairro do Estreito, durante a Operação Barriga Verde.

Dentre as arbitrariedades praticadas pelo poder repressivo, temos os mais expressivos eventos: queima de livros em praça pública em Florianópolis em 1964; prisão ilegal de estudantes; promoção do terror no Planalto Norte, pelo General de Brigada Dário Coelho; perseguição aos mineiros de carvão, e por fim, elaboração de “lista negra” em Joinville, elaborada por empresários locais, que consistia em punir operários grevistas, onde a carteira de trabalho era assinada com caneta vermelha, o que configurava em código, impedindo-os de serem admitidos em outras empresas no município.

⁸² Ibidem.

A Comissão da Verdade em Santa Catarina, até dezembro de 2014, apurou um total de cerca de 701 pessoas detidas, a grande maioria sem ordem judicial, o que configura prisão ilegal e sequestro. Destas prisões deve-se destacar as sofridas pelos sacerdotes catarinenses, como Antônio Alberto Soligo, de Caçador, que integrado na produção com os metalúrgicos no ABC paulista, foi preso em 1969 e conduzido a serviços forçados em São Paulo; Osni Carlos Rosenbrock, vigário de Tubarão, preso em 1964, por ajudar na organização do Sindicato Rural, e, em seguida, Paulo Martinichen Neto, vigário de Joaçaba que foi preso também no ano de 1964.

Os principais resultados obtidos pela Comissão Estadual da Verdade em Santa Catarina foi o mapeamento das vítimas que sofreram graves lesões aos direitos humanos durante o período de 1964 a 1988. Por fim, menciona-se que oficialmente a Comissão Estadual da Verdade encerrou seu trabalho. Isto não significa que a busca pela verdade e justiça se encerrou, ela é trabalho de todos. “Para que nunca se esqueça. Para que nunca mais aconteça.”

2.5 Novembrada

Fato ocorrido no dia 30 de novembro de 1979 em Florianópolis, quando da vinda do Presidente General João Batista Figueiredo. Naquele momento o país passava pelo processo de abertura política. Figueiredo vem a Florianópolis para participar de solenidades oficiais e da inauguração de uma placa em homenagem ao ex-presidente do Brasil, Marechal Floriano Peixoto.

Neste clima de solenidade, os estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina aproveitaram para fazer um protesto contra o regime militar, mobilizando milhares de pessoas, entre trabalhadores e donas de casa. Protestos estes, voltados contra o regime, à censura, reivindicação de abertura política, eleições diretas para presidente e o fim da ditadura. Vejamos abaixo uma descrição do ocorrido:

Na realidade, o incidente tomou proporções inimagináveis e deu uma projeção inédita ao povo catarinense por se tornar o primeiro a enfrentar o regime militar e sua principal autoridade, de peito aberto, nas ruas de sua capital. A partir desta ocorrência, os corajosos e os heróis não estavam mais no Rio Grande do Sul, como sempre se contou na história política brasileira. Eles residiam em Santa Catarina.⁸³

⁸³PEREIRA, Moacir. Novembrada: um relato da revolta popular. Florianópolis: Insular, 2005.p.18.

De fato, no que tange à política nacional, Santa Catarina sempre sofreu restrições nas decisões por parte da União, tanto que seus estados vizinhos têm as suas representações políticas mais definidas e atuantes em Brasília. Isto é notório.

Causas diversas são apontadas em relação a origem do conflito, dentre elas, o aumento do preço dos combustíveis; a declaração do presidente que era preferível o cheiro de cavalo do que o cheiro do povo; extinção do MDB e ARENA, com o intuito de extinguir o bipartidarismo por imposição do regime militar; o auto custo de vida enfrentado pela população; a grande despesa para a recepção da comitiva presidencial; grande campanha na popularização em torno do presidente; a homenagem a Floriano Peixoto numa placa de bronze no centro da praça XV; frustrações das oposições e grupos políticos com tom renovador na política local no que tange o domínio oligárquico no Estado.

Diversos jornais abordaram o episódio da Novembrada. O jornal “O Estado” publicou no dia seguinte, 01/12/1979:

A visita do presidente a Florianópolis teve como fato de maior destaque uma ocorrência não prevista na programação oficial. As manifestações de protesto, degeneraram para ofensas pessoais a Figueiredo. O presidente, descendo à rua foi ao encontro dos manifestantes, com o incidente acabando em tumulto.⁸⁴

Tal episódio repercutiu na imprensa nacional com muitas análises contundentes de colunistas políticos nos principais jornais do país. Muitos artigos de jornais repercutiram que houve falta de sensibilidade política por parte do governo nas homenagens a Floriano Peixoto. Figueiredo, um presidente de pavio curto que parte para o confronto com lideranças estudantis, fato que gerou preocupação com os rumos da abertura política no país. Este episódio teve grande destaque em filme, como exemplo: Novembrada (1998)⁸⁵, de Eduardo Paredes. O filme tem Lima Duarte atuando como o presidente João Batista Figueiredo.

A revolta teve um maior teor de ódio pelo fato do Planalto a pretexto de comemorar o dia 15 de novembro, mandou para várias capitais do país o busto de Floriano Peixoto, o mencionando como o consolidador da República, que oficialmente foi Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil da República. Floriano é odiado em Florianópolis:

⁸⁴ Ibidem, p. 75.

⁸⁵ PAREDES, Eduardo. Novembrada (1998). Disponível em: <[https://www.youtube.com > watch](https://www.youtube.com/watch)>. Acesso em: 30 de out. de 2019.

Não importa que a cidade leve o seu nome. O que importa é que ele despachou para lá o cruel e sangüinário coronel Moreira César, que mandou degolar ou degolou pessoalmente centenas e centenas de pessoas. Esse mesmo coronel depois acabou degolado em Canudos, e é o mesmo coronel imortalizado por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Como a República ainda não fez 100 anos, desses centenas (sic) de mortos degolados ainda existem muitos descendentes vivos, e os jornais de Santa Catarina e de Florianópolis, num trabalho jornalístico notável, mandaram ouvi-los, falaram com eles, foram entrevistá-los. Era a obrigação jornalística que foi cumprida fielmente. Florianópolis hoje tem uma aspiração que supera todas as outras: mudar o nome de sua capital, voltar a ser chamada de Desterro, seu nome anterior. Foi nesse clima que o general desceu em Florianópolis, porque ele também não sabe História, sabe matemática. Mas quem distribuiu os bustos de Floriano, certamente não estava semeando bons ventos para o general Figueiredo.⁸⁶

Os acontecimentos de Florianópolis, segundo Pereira (2005), foi publicado no *Semanário*, jornal de circulação dirigida que sofreu forte censura do regime militar na vigência do AI-5; também tiveram analisados pelo jornal “O São Paulo” os protestos num longo artigo publicado na página: no jornal, a Arquidiocese de São Paulo, que era dirigido na época pelo cardeal catarinense Dom Paulo Evaristo Arns. Trecho do artigo publicado destaca os jovens de Florianópolis:

Ora, a revolta dos jovens de Florianópolis – e quem duvida que sejam os únicos no país? – é um fato que dificilmente poderá ser minimizado. Não se tratou de um psicodrama, como os linchamentos de Cantagalo ou de Matão, os quebra – quebra dos trens nos subúrbios cariocas não foram psicodramas tampouco. São indícios sérios de um nível de saturação a que o povo está chegando.⁸⁷

Há de se considerar que a partir desses protestos em Florianópolis e outros episódios pelo país, o regime vigente começa a se desestabilizar. Isto se configura num alerta que em seguida foi amadurecendo numa frustração grande em relação ao regime, onde a própria Igreja era a mais descontente com a situação política no país. Deve-se citar que a Arquidiocese de Florianópolis se incorporou ao movimento universitário através da Pastoral da Juventude, como citado anteriormente, condenando o gesto do presidente:

Queremos ainda denunciar que após o General Figueiredo voltar à Brasília, a polícia Federal iniciou uma série de prisões. Foram presos cinco jovens estudantes: Rosângela de Souza, Marise Lipell, Geraldo Barbosa, Nilton Vasconcelos, Amilton Alexandre todos membros do Movimento Estudantil e

⁸⁶ Ibidem, p. 80.

⁸⁷ Ibidem, pp. 101 – 102.

simpatizantes e colaboradores da Pastoral da Juventude. Este sim é um ato de baixa. Não querer aceitar a realidade de que o povo está vivendo oprimido e massacrado. Querer caracterizar que as manifestações foram 'coisas de estudante'. Nosso repúdio a esta violência contra o povo e a este desrespeito aos Direitos Humanos.⁸⁸

Este confronto político com as prisões dos estudantes repercutiu na imprensa em todo o Brasil, principalmente o repúdio à prisão dos estudantes. Tal repúdio pelos incidentes ocorridos também foi em consequência das arbitrariedades imposta pelo regime e a situação de exploração que vivia a população e o enquadramento dos estudantes na Lei de Segurança Nacional. Muitas entidades lançaram atos públicos a favor da libertação dos estudantes presos e a revogação da Lei de Segurança Nacional. Deve-se pontuar que o desfecho se deu de forma emocionante, com a libertação dos estudantes no dia 4 de dezembro de 1979. Manifestantes se organizam e se reúnem nas escadarias da Catedral Metropolitana, pedem a libertação dos estudantes presos e são reprimidos pela polícia de forma violenta. A população se colocou de frente aos militares cantando o hino nacional.⁸⁹ Depois de 15 dias presos, os estudantes são liberados e um grupo de juristas se reúne em defesa destes. Em fevereiro de 1980, os estudantes são absolvidos das acusações. Esse processo de resistência daria início à campanha pelas eleições "Diretas Já" e a retomada da democracia com a eleição de Tancredo Neves, pondo fim à ditadura militar de 1964.⁹⁰ Lamentavelmente, os incidentes ocorridos em Florianópolis não foram diferentes e isolados em relação à repressão que se propagou em todo o país.

⁸⁸ Ibidem, p. 127.

⁸⁹ Ibidem, p. 134.

⁹⁰ BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Histórias na ditadura Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: UFSC, 2014. p. 294.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O regime militar no Brasil trouxe sérias consequências para a história política, social e econômica do país. Períodos de Estado de repressão e violência, sem direito à liberdade de expressão, e um Estado em que aquele que se opunha ao regime opressor sofria tortura, perdia a vida ou simplesmente desaparecia sem deixar vestígios.

Nesse sentido, o trabalho ora apresentado procurou abordar a relação Igreja Católica e o período militar no Brasil, especialmente em Florianópolis. A elaboração desta monografia teve reflexos da minha infância e juventude, onde presenciei os governos militares. Com base no conhecimento e aprofundamento do tema adquirido na UFSC, a empreitada se tornou possível, tendo Florianópolis como cenário principal pelo fato dela apresentar características condizentes com os fatos ocorridos no país.

A ditadura passou por três fases diferentes durante 21 anos de duração. A primeira fase abrange o período de 1964 a 1968, com a implantação do regime ditatorial e a luta dos opositores, terminando com o AI-5.

A segunda fase ocorre de 1969 a 1979 com as lutas armadas, fortalecimento dos governos militares e encerramento da abertura política.

A última fase acontece entre 1980 e 1985 com as campanhas contra os militares, campanhas pelas Diretas Já, Lei de Anistia política culminando com a eleição indireta de Tancredo Neves e o fim do regime militar. Lembrando que nesta fase se deu a abertura política que serviu de elo para a transição democrática brasileira, que vai até a Constituição de 1988.

Ênfase maior deve-se dar à Igreja Católica, a política e a ditadura no Brasil. De fato, política e religião têm convicções indefinidas. Para a Igreja, a visão do mundo, do homem e das distribuições dos bens se baseia numa política com origem no evangelho. A Igreja tem interesse na política, faz parte da sua essência, ela pende para o lado dos oprimidos e explorados, tem vocação libertária. A limitação crescente da vida política formal do Brasil levou a Igreja a agir nos domínios da política e do social. Muitos membros da direita católica, ideólogos católicos, apoiaram o regime militar com base no plano político geral. Defendem que o corporativismo e o autoritarismo são instrumentos apropriados na busca do bem comum. A Igreja sofre transformações em consequência das tensões políticas

vindas de fora e de dentro da sua própria estrutura. A influência da Igreja Católica na vida política brasileira se dá de maneira formal e real.

Em se tratando de investigação quanto às atrocidades cometidas pelo regime militar no Brasil, é criada a Comissão Nacional da Verdade. Instituição criada pelo Estado com o objetivo de investigar fatos, causas e consequências de violações dos direitos humanos em uma determinada época. No Brasil, foi criada através da Lei 12528 de 18 de novembro de 2011, com destaque para o período que vai de 1964 a 1985. Este trabalho ficou dividido em 3 volumes. Grande trabalho de cunho investigativo e esclarecedor sobre as violações dos direitos humanos que compreende o período militar, trazendo à tona muitas verdades. Merece atenção as Igrejas Cristãs, principalmente a Igreja Católica que sofre perseguições no decorrer do golpe; seus integrantes são perseguidos com invasões a templos e prisões. O Estado de Segurança Nacional tinha a Igreja como inimigo público. Todavia, a Igreja era considerada um instrumento do poder ou do contra poder. Se torna notório que a Igreja apoiou o golpe na fase inicial e posteriormente a própria vem a sofrer as mais graves violações dos direitos humanos por parte dos seus integrantes.

Finalizamos o primeiro capítulo descrevendo sobre o regime opressor, o início da consolidação do estado autoritário com alteração na estrutura jurídica do país. É criada a Comissão Geral de Investigação com a função de coordenar as atividades de inquérito policiais militares em todo o país. Também é criado o temido Serviço Nacional de Informações (SNI), que veio a formar o chamado tripé repressivo atuando na censura, vigilância e repressão. Com isso, estava consolidada a montagem do aparelho repressivo com as suas leis. Percebe-se que a concepção doutrinária das Forças Armadas, após o ano de 1964, estava direcionada para o inimigo interno, provavelmente criado por eles para fazer remodelações profundas na estrutura do Sistema de Segurança do Estado.

Passamos para o segundo capítulo abordando a Igreja Católica em Santa Catarina, principalmente em Florianópolis, onde a Diocese foi fundada em 1908, tendo dom João Becker como primeiro Bispo.

O cerne desta discussão é sem dúvida a Igreja Católica, a política e a ditadura em Florianópolis. Por princípio a Igreja se sobressai na defesa dos direitos humanos e nas lutas sociais e políticas visando os desassistidos e oprimidos. Em se tratando da política em Florianópolis, a Igreja Católica foi atuante juntamente com a elite dominante, classe com forte influência no meio político local. A nível de Brasil e

estadual a princípio apoiou o golpe militar de 1964 e depois repudiou os atos repressivos praticados pelo regime militar a todos os que se opuseram ao sistema e inclusive aos seus próprios integrantes.

No que tange às fontes documentais, se sobressaem os Arquivos da Cúria Metropolitana de Florianópolis, onde se encontram correspondências, mensagens, notas de jornais e diversos documentos que fazem referência ao período militar. Em um desses escritos temos os relatos do Monsenhor Hobold, vigário geral em 23 de março de 1964, o qual já previa o início golpe e pedia apoio ao movimento golpista. Ao se dirigir à população, para que cooperasse sem reação ao momento político que a nação passava naquele momento. Em nota do jornal “O Estado”, é divulgado que o povo e autoridades festejam a “revolução”.

Diante desta instabilidade política, em 1977, Dom Afonso Niehues diz que é a favor de um presidente civil no comando da nação. Percebe-se com nitidez o envolvimento da Igreja com o momento político do país. Em 1976, a Igreja elabora manual de orientação de como votar nas eleições, para orientar os cristãos a julgar e votar nas melhores opções. A Igreja não é apolítica.

Enfim, justificando a indagação na elaboração da questão Igreja Católica, política e a ditadura em Florianópolis, esta se confirma com a fala de Cancian (2002). Segundo ele, em Santa Catarina o governo militar teve forte apoio da Igreja Católica por parte da linha conservadora e enfatiza que a instituição ajudou a construir e elaborar o golpe militar, isto porque as autoridades eclesiais no estado catarinense foram as principais responsáveis pela formação do imaginário da ameaça comunista.

No momento atual político que passamos é adotada uma política pelos governantes de negação e desconstrução, principalmente dos fatos históricos e exaltação do período militar de 1964 a 1985. Recentemente o governo federal, por intermédio do Planalto, divulgou vídeo exaltando o episódio.

Para eles, a derrubada de João Goulart do poder, que marcou o início do período militar no Brasil, foi um movimento para conter o avanço do comunismo no País. O Exército nos salvou. O Exército nos salvou. Não há como negar. E tudo isso aconteceu num dia como o de hoje, um 31 de março. Não dá para mudar a história.⁹¹

⁹¹Jornal “Diário Catarinense”. Edição de 01 de abril de 2019.

Como sempre, se forjou um inimigo para justificar as arbitrariedades contra a todos os que se opuseram ao regime, inclusive a própria Igreja que apoiou no início a empreitada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: Nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BATISTA, João. *Pojuca: O Arraial da Passagem*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2018.

BESEN, Pe. José Artulino. *História da Igreja em Santa Catarina*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2014.

BIANCHEZZI, Clarice. *Dom Afonso Niehues: memórias sobre seu auxílio aos militantes sociais perseguidos pelo regime civil-militar em Santa Catarina*. Revista Encontros Teológicos, Florianópolis, n. 68, p.179-195, 2014. Disponível em: <facasc.emnuvens.com.br>. Acesso em: 15 de set. de 2019.

BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante*. Petrópolis: Vozes, 1982.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Volume I. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume1>>. Acesso em: 16 de jun. de 2019.

_____. *Relatório*. Volume II. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume2>>. Acesso em: 16 de jun. de 2019.

_____. *Relatório*. Volume III. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume3>>. Acesso em: 16 de jun. de 2019.

BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Histórias na ditadura- Santa Catarina (1964 - 1985)*. Florianópolis: UFSC, 2014.

CANCIAN, Renato. *Ditadura militar – O papel da Igreja Católica*. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-2-o-papel-da-igreja-catolica.htm>>. Acesso em: 07 de abr. de 2019.

CATEQUISTA, O. *Igreja Católica e Ditadura Militar: apoio ao golpe*. Disponível em: <<https://ocatequista.com.br/...igreja/>>. Acesso em: 07 de abr. de 2019.

COMISSÃO Estadual da Verdade. *Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça*. Disponível em: <coletivomemoriaverdadejusticasc.wordpress.com>. Acesso em: 05 de out. de 2019.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUSTAVO, Miguel. *Hino da Copa de 70, "Pra Frente, Brasil" é imbatível como tema do Mundial*. Disponível em: <<https://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/03/hino-da-copa-de-70-para-frente-brasil-segue-imbatiavel-em-tema-do-mundial.htm>>. Acesso em: 30 de out. de 2019.

HOMENAGEM de Dom Paulo a Herzog foi o maior ato contra a ditadura. Revista Veja Online. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/homenagem-de-dom-paulo-a-herzog-foi-o-maior-ato-contra-a-ditadura/>>. Acesso em: 14 de out. de 2019.

KASPARY, Alceu. *O discurso católico em Santa Catarina no período de 1960/1964 e sua relação com a legitimação do golpe de Estado*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LUCA, Derlei de. *A busca da verdade*. ANPUH-SC. Disponível em: <http://www.anpuh-sc.org.br/rev%20front%2024%20vers%20fin/f24-artdoss6-derlei_de_luca.pdf>. Acesso em: 5 de nov. de 2019.

MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do Sol: Operação Barriga Verde*. Florianópolis: Edufsc e Fundação Boiteux, 2006.

MORITZ, Lilia; MURGEL, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

NUNES, Ramon de Souza. *A história do direito e a ditadura militar*. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br>>. Acesso em: 23 de abr. de 2019.

PAREDES, Eduardo. *Novembrada*. Curta-metragem. Florianópolis, 1998.

PEREIRA, Moacir. *Novembrada: um relato da revolta popular*. Florianópolis: Insular, 2005.

PERÍODOS da ditadura. Memórias da ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/periodos-da-ditadura>>. Acesso em: 12 de maio de 2019.

PIAZZA, Walter Fernando. *A Igreja em Santa Catarina: Notas para sua História*. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

RAMPINELLI, Valdir José. *Evangelho e Manifesto na Religião e na Política*. Florianópolis: Insular, 2016. 104 p. p 16

RENATO, Cancian. *Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.

SANTOS, Murilo dos. *Santa Catarina no palco das torturas: A Operação Barriga Verde*. Revista Santa Catarina em História: 2011. Disponível em: <seer.cfh.ufsc.br>. Acesso em: 08 de out. de 2019.

SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1997.

SILVA, Daniel Neves. *Governo Castello Branco*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

_____. *Governo Costa e Silva*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/costa-silva.htm>>. Acesso em: 19 de abr. de 2019.

_____. *General Medici*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/general-medici.htm>>. Acesso em: 19. de abr. de 2019.

_____. *Ernesto Geisel*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiabernesto-geisel.htm>>. Acesso em: 19 de abr. de 2019.

_____. *Governo Figueiredo*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiabgeneral-figueiredo.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarice. *Faces do Catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.

WIKIPÉDIA. *Dom E. Ravel*. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/dom>>. Acesso em: 15 de jul. de 2019.

WIKIPÉDIA. *Fuzilados em Anhatomirim (1894)*. Categoria. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Fuzilados_em_Anhatomirim>. Acesso em: 2 de nov. de 2019.

WRIGHT, Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart. *Relatório Final*. Disponível em: <www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br>. Acesso em: 04 de out. de 2019.

LISTA DE FONTES

Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina – Cúria Metropolitana de Florianópolis. Pastas nº 80 – 84 – 85 – 177.

Publicação do Jornal “A TARDE”, de Salvador (BA) – terça-feira, 7 de abril de 1987, referente à greve dos metalúrgicos. *Operários da Ferbasa confinados dentro da fábrica*. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Data da pesquisa: 19 de nov. de 2019.

Jornal “Diário Catarinense”, edição de segunda-feira, 01 de abril de 2019.

Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina.

Biblioteca da Universidade Estadual de Santa Catarina.